

## Preço da Hora chega a 80 mil usuários mensais e se consolida como ferramenta para economizar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o alcance de uma média mensal de 80 mil usuários, o aplicativo **Preço da Hora** Bahia se consolida como uma eficaz e inovadora ferramenta de pesquisa de preços de mercadorias comercializadas no estado, ajudando o consumidor a economizar tempo e dinheiro na hora das compras. Mantido pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), o aplicativo pode ser baixado na Apple Store e no Google Play Store e acessado também no site [www.precodahora.ba.gov.br](http://www.precodahora.ba.gov.br). Até hoje já foram feitos mais de 430 mil downloads do **Preço da Hora**.

'Ainda há uma grande diferença entre o número de downloads e de quem realmente utiliza a ferramenta no dia a dia. O nosso desafio é, além de conquistar novos interessados, fazer com que essas pessoas que já baixaram mas não usam com frequência atualizem a versão do app e façam dele uma ferramenta do cotidiano', ressalta o **auditor fiscal** Felipe Abreu, da Diretoria de Produção de Informações (DPI) da Sefaz-

BA.

A usuária Layze Santos deu nota máxima para o **Preço da Hora** na seção de comentários do Google Play. 'Esse aplicativo simplesmente é fantástico. Seja por meio do código de barras ou palavra-chave, tenho tido sucesso em minhas pesquisas. Exijam cupom fiscal para que os preços apareçam aqui pra gente', comentou. Já o usuário José Carlos, via mensagem no app, parabenizou a iniciativa de criação do aplicativo. 'Sou fã, uso o mesmo desde abril do ano passado e sempre divulgo para os amigos e conhecidos'.

O **Preço da Hora** conta com uma relação de mais de 500 mil produtos, cujos preços são obtidos com base nas emissões das notas fiscais eletrônicas. Na página inicial, é só digitar o item desejado na barra de pesquisa, ou utilizar o código de barras. O usuário também pode ordenar a busca pelo menor ou maior preço, pela venda mais recente ou mais antiga, ou pelo estabelecimento mais próximo ou mais distante. Também é possível filtrar a pesquisa por estabelecimento, raio de quilômetro ou por horas desde a última venda.

Principais funcionalidades

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o **Preço da Hora** Bahia traz uma série de outras funcionalidades. O app possui canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, a possibilidade de denunciar contribuintes que

se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de produtos. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

A mais nova versão do aplicativo trouxe mais uma novidade. Agora é possível criar grupos com os estabelecimentos comerciais favoritos do usuário. Assim, o usuário pode pesquisar os preços de produtos em locais já frequentados ou próximos de casa ou do trabalho, como mercados, postos de gasolina, farmácias, entre outros. O usuário pode ainda utilizar as suas listas de compras para serem processadas sempre nos estabelecimentos favoritos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, Preço da Hora

## Agosto começa com aumento do diesel e da gasolina nas bombas de combustível



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pp\_amp\_intext | /75894840/CN1\_AMP\_02

A chegada do mês de agosto vem acompanhado de um aumento no combustível. Na gasolina, o aumento é R\$ 0,27 com relação à tabela anterior, que entrou em vigor em 16 de julho.

Na Bahia, o novo reajuste deve elevar o preço na bomba para R\$ 6,0440. A incidência de **ICMS** também afeta os revendedores, que passam a pagar mais caro. . No caso do diesel comum, o litro está custando, em média, R\$ 4,588.

O preço elevado é devido, principalmente, à cotação do petróleo no mercado internacional - que, em 2021, atingiu o maior valor em sete anos - e pela valorização

do dólar. Os impostos são responsáveis por mais de 40% do valor pago pelo consumidor na bomba.

Fonte: Metro 1\*

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: TV Itapoan	
Data: 03/08/2021	Programa: Cidade Alerta BA
Assunto: Consumidores reclamam dos constantes aumentos nos combustíveis. Gasolina já chega a R\$ 6,00.	

**Data:** 03/08/2021

**Hora:** 18:14:43

**Emissora:** TV Itapoan

**Programa:** Cidade Alerta BA

**Sinopse:** Consumidores reclamam dos constantes aumentos nos combustíveis.  
Gasolina já chega a R\$ 6,00.

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**EDUCAÇÃO** A instituição, além dos novos cursos em Salvador e no interior do estado, anuncia implantação de estratégia acadêmica diferenciada e ampla

## Unifacs completa 49 anos com oferta de novos cursos

RODRIGO TARDIO

Comemorando 49 anos hoje, a Unifacs anuncia uma inovadora estratégia de ensino e a criação de novos cursos em Salvador e no interior do estado. A ideia é implementar e proporcionar uma formação acadêmica diferenciada e ampla.

A novidade foi divulgada durante visita do diretor da Unifacs em Salvador, Pedro Coutinho, ao Grupo A TARDE, onde foi recebido pelo diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves. Também participaram da reunião a diretora do Portal A TARDE, Caroline Gois, a gestora comercial, Marluce Barbosa, o diretor da A TARDE FM, Jefferson Beltrão, e o gestor de Marketing, Eduardo Dute.

“Não devemos ter uma formação por carreira separada da outra. Por exemplo, um engenheiro ter aula com engenheiro, um médico só ter aula com médico. O mundo hoje é multidisciplinar. É preciso explorar universos para uma formação amplificada” disse.

Desde maio, a Unifacs integra o Ânima, conhecido como um inovador ecossistema de educação do país. Um grande impulso para a Ânima passar a ser o maior ecossistema no ramo da educação no Brasil foi a aquisição da Laureate Brasil, instituição de ensino superior oriunda de um grupo americano.

Outro diferencial da Ânima é o fato do aluno poder personalizar o caminho da própria formação acadêmica de acordo com os objetivos e das próprias necessidades.

Mais um motivo para comemoração, segundo explicou Pedro Coutinho, é que a



Pedro Coutinho, diretor da Unifacs em Salvador, visitou ontem o Grupo A TARDE

marca Unifacs figura entre as mais lembradas pelo consumidor soteropolitano, o que levou a instituição a receber o prêmio Top of Mind 2021.

De acordo com ele, a Unifacs já formou mais de 55 mil estudantes. No primeiro semestre de 2021, a instituição teve a participação de 1.099 estudantes voluntários, que integraram uma parcela de 24 projetos, com a orienta-

**“É preciso explorar universos para uma formação amplificada”**

PEDRO COUTINHO, da Unifacs

ção de, pelo menos, 20 professores, atendendo a um público superior a 80 mil pessoas, com mais de 3.745 mil ações realizadas.

### Ensino a distância

Pedro Coutinho frisou também o fato do aprendizado que a pandemia trouxe ao mundo, sobretudo no que diz respeito às atividades remotas. De acordo com ele, a instituição pensa em deixar o aluno à vontade, ao escolher a forma de ter contato com o conteúdo acadêmico, seja presencial ou remoto.

“Temos caso de alunos que moram distante do espaço físico de aulas, o que levava a gastar, só em deslocamento, quase duas horas. Com a possibilidade do remoto, isso já pode ser evitado”, afirmou.

Mais cursos híbridos de-

vem ser criados dentro desta possibilidade de ampliar as opções de carreira.

“A ideia é abrir mais o portfólio e criar mais cursos híbridos, e isso queremos implementar até 2022. Temos os cursos de saúde concentrados no campi Paralela e queremos diversificar abrindo opções nos outros campi”, ressaltou Coutinho.

O diretor ainda lembrou que Medicina é o curso mais procurado. Só em Salvador são 1700 alunos matriculados, sendo o maior grupo de medicina da instituição. O segundo maior é o de Belo Horizonte-MG, com 1200 alunos matriculados.

“Para se ter uma ideia, foram abertas 30 vagas remanescentes, no meio do ano, e tivemos 400 candidatos”, finalizou.

### CONJUNTURA

**Produção industrial tem avanço de 12,9% no 1º semestre**

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

Após crescer 1,4% em maio, a produção industrial teve variação nula em junho. Apesar da estabilidade, três das quatro grandes categorias econômicas e a maior parte (14) das 26 atividades investigadas pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) registraram recuo na produção. No acumulado do primeiro semestre, a produção avançou 12,9%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O gerente da pesquisa, André Macedo, destacou que em maio, após três meses de queda, houve uma volta ao campo positivo e a indústria igualou o patamar de antes da pandemia. No entanto, esse resultado não superou as perdas anteriores. “Com essa variação nula em junho, o setor permanece no patamar pré-crise, mas no resultado desse mês observa-se uma predominância de taxas negativas entre as atividades industriais”, afirmou Macedo.

Para o pesquisador, os efeitos da pandemia de Covid-19, tanto no processo de produção como na economia, explicam o menor dinamismo do setor.

### PROPOSTA

**PEC dos precatórios prevê parcelamento de dívidas**

ANDREIA VERDÉLIO  
Agência Brasil, Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, em Brasília, que o governo prepara uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para estabelecer critérios e limites de pagamento de precatórios. Os precatórios são as dívidas contraídas pelos governos, em todas as esferas, quando são condenados em instância final pela Justiça a pagar a pessoas físicas ou jurídicas.

O esboço da PEC, segundo Guedes, prevê, primeiro, o pagamento integral e instantâneo das requisições de pequeno valor, dívidas até R\$ 66 mil. No outro extremo, estão o que o ministro chamou de superprecatórios, dívidas acima de R\$ 66 milhões. Nesse caso, o pagamento seria parcelado com entrada de 15%, mais nove prestações iguais anuais.

“Não haverá calote”, disse o ministro. “E os mais vulneráveis serão inteiramente preservados”, acrescentou. No caso dos superprecatórios, a ideia é que a nova regra de parcelamento dê uma previsibilidade orçamentária para os próximos anos. Segundo Guedes, a proposta também será trabalhada dentro do teto dos gastos públicos.



## Morte de empresas sufoca economia

ACB / Divulgação



MÁRIO DANTAS, presidente da Associação Comercial da Bahia

Com centenas de milhares de vidas perdidas, a pandemia do coronavírus está provocando outra terrível catástrofe no Brasil: uma onda de fechamento de empresas e desemprego, causada por várias restrições aos negócios decretadas por governos estaduais e municipais, sem que houvesse o devido auxílio estatal para amenizar suas consequências.

A crise sanitária fez estourar uma crise econômica sem precedentes. As quedas nas receitas das empresas foram acentuadas, e as despesas, no entanto, não caíram na mesma proporção. As obrigações com folhas de pagamentos e despesas com energia, água, aluguel, manutenção e impostos não pararam de chegar.

Mesmo diante de medidas que possibilitaram acordos de redução de jornada e salário, adiamento do pagamento de obrigações e empréstimos a juros mais baixos, os empresários se viram diante de decisões difíceis. Ao escolher o que pagar no prazo, o que tentar negociar e o que deixar para depois, nem todos foram capazes de manter todas as despesas em dia.

Não é de agora que a Associação Comercial da Bahia vem alertando para a necessidade de uma imprescindível ação dos governos das três esferas, com adoção de medidas concretas que minimizem os efeitos devastadores da pandemia sobre a atividade econômica. Como já estamos pautando há muito tempo, neste momento, o mínimo que se pode fazer é a reedição dos programas de parcelamentos fiscais federais, estaduais e municipais. A situação da economia do Brasil é crítica e a edição de novos Refis será a chance de um novo suspiro para milhares de empresas em todo o país.

A degradação da economia brasileira em decorrência da pandemia da Covid-19 caminha a passos largos. Para que os governos acordem para a necessidade de auxiliar as empresas na retomada da economia, quantos negócios ainda vão fechar, quantos empresários vão precisar ser sufocados, quantos empregos serão perdidos?

Vivemos um momento dramático e as ações precisam ser imediatas. Sem este apoio, muitos negócios continuarão a ser extintos, gerando dificuldades não apenas para os empresários, mas também para a sociedade e para o orçamento público a curto, médio e longo prazo.

A ACB continua empenhada na defesa das empresas do país, as maiores responsáveis pela retomada da atividade econômica, manutenção de postos de trabalho e geração de renda. A garantia de fôlego para os setores da economia sobreviverem e continuarem suas atividades é o caminho mais seguro para se evitar ainda mais desemprego e, conseqüentemente, mais pobreza e fome para milhões de brasileiros.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

### CURTAS

#### Dólar termina dia vendido a R\$ 5,19

Num dia de tensão e de volatilidade no mercado financeiro, o dólar desacelerou ao longo da tarde e fechou próximo de R\$ 5,20, após rondar os R\$ 5,30 durante a sessão. A bolsa de valores iniciou o dia em forte queda e recuperou-se durante o dia, influenciada pela valorização das com-

modities (bens primários com cotação internacional) e pelo alívio no mercado externo. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,193, com alta de R\$ 0,027 (+0,53%). A divisa iniciou o dia em forte alta. Na máxima do dia, por volta das 11h10, chegou ao valor de R\$ 5,27.

### NEGÓCIOS

## Câmaras Argentinas Bahia e Paraná realizam encontro

DA REDAÇÃO

A Câmara Empresarial de Comércio Argentina Bahia, Cecab, e a Câmara Argento Brasileira do Paraná realizaram ontem o I Encontro de Networking entre os Associados das Câmaras Argentinas Bahia e Paraná.

Participaram 26 empresas e pessoas físicas – 14 delas baianas – de distintos segmentos – desde entidades empresariais a empresas de comunicação, escritórios de advocacia, segmento automotivo, alimentício, tecnológico, dentre outros.

O evento foi aberto pela presidente da Câmara Argentina Bahia, Alessandra Nascimento, que revelou que a ideia do networking surgiu de conversas com o presidente da Câmara do Paraná, Juan Cruz Irigo, no final do ano passado.

“A ideia é estreitar relações entre empresários baianos e paranaenses associados às Câmaras tendo como objetivo promover e impulsionar a economia regional”, disse.

O presidente da Câmara do Paraná, Juan Cruz Irigo, destacou a importância da aliança estratégica entre baianos e paranaenses. “Temos o compromisso de continuar nessa linha com objetivo de incrementar ainda mais o intercâmbio não só

**O I Encontro de Networking entre os associados das câmaras aconteceu ontem**

**DE SAÍDA** O governador Rui Costa já procura perfil técnico para substituir o gestor da Saúde

## Fábio Vilas-Boas pede exoneração após ofender dona de restaurante

**LUIZ FELIPE FERNANDEZ**

O cardiologista Fábio Vilas-Boas informou que entregou ontem uma carta com pedido de exoneração do cargo de secretário estadual da Saúde. A exoneração ocorre depois de Vilas-Boas xingar a chef Angeluci Figueiredo, dona do restaurante Preta, na Ilha dos Frades. Ele chamou a empresária baiana de "vagabunda", após encontrar o restaurante fechado devido ao mau tempo.

Conforme apurado pelo Grupo A TARDE, o governador Rui Costa (PT) já procura por um perfil técnico para substituir Vilas-Boas, que esteve à frente da pasta durante toda a gestão do petista. A pasta será conduzida interinamente pela subsecretária Tereza Paim.

Através da Secretaria de Comunicação, Rui lamentou o episódio. "O governo da Bahia afirma lamentar o episódio, considera inadmissível qualquer agressão e manifesta total solidariedade à empresária Angeluci Figueiredo e a todas as mulheres", diz o texto.

Um vídeo divulgado ontem mostra que o secretário pulou uma mureta e invadiu o restaurante.

### Entenda o caso

No último domingo, Fábio Vilas-Boas foi até a Ilha dos Frades e encontrou o restaurante fechado. Ele diz que a reserva foi feita com 48h de antecedência e que pagou R\$ 350 para a embarcação levar ele e seus amigos, inclusive alguns do "exterior", até o local. Inconformado, enviou as mensagens agressivas para a chef.

"Esqueça de me ver de novo aqui. E ainda paguei 350 reais para desembarcar", re-

**Vilas-Boas se desculpa pelos "comentários inadequados"**



Ascom / Saúde Gov-BA / Divulgação

### Secretaria da Saúde será conduzida interinamente pela médica e subsecretária Tereza Paim

### Para Olívia Santana, o secretário "caiu após tropeçar no próprio machismo"

clama Vilas-Boas em uma das mensagens enviadas. "Amigo o caralho! Vagabunda!", prossegue o secretário, que ameaça expor a chef em sites de notícia.

Angeluci tornou o caso público e os prints da conversa com as ofensas vieram à tona. Em uma carta-resposta, a empresária explicou que os funcionários não tinham como chegar ao restaurante devido às condições de navegação e que o sinal de internet na ilha falha, o que tornou ainda mais difícil a comunicação.

Vilas-Boas se desculpou nas redes sociais pelos "comentários inadequados", mas a repercussão foi grande e a notícia foi veiculada nacionalmente.

"Tendo reservado um almoço especial com os familiares e amigos do exterior

com a devida antecedência de 48h, uma enorme frustração momentânea me levou, tomado de emoção, a dizer o que disse. Conto com o perdão de todos que se sentiram ofendidos, pois sempre pautei minha vida na verdade, honestidade e acolhimento", escreveu no Twitter.

### Repercussão

Além de ocupar a página principal dos maiores veículos do país, o secretário, em evidência desde o início da pandemia e elogiado pela atuação na pasta, foi criticado tanto por políticos de oposição quanto os da base, principalmente pelas mulheres.

Ex-prefeita de Salvador e deputada federal, Lídice da Matta definiu a conduta de Vilas-Boas como "machista" e "inaceitável", principalmente pelo cargo que ocupa.

A deputada estadual Olívia Santana (PCDoB), aliada do governo, disse que o secretário "caiu após tropeçar no próprio machismo" e que a luta das mulheres provocou mudanças reais na sociedade.

"Discriminações, que antes eram toleradas, precisam ser suspensas", disse Olívia, que antes do pedido de exoneração pediu que o então titular da Sesab revisse os seus "valores autoritários".

Diversas entidades se manifestaram sobre o assunto, entre elas o Conselho Baiano de Turismo (CBTUR), que repudiou os "atos ofensivos" praticados por Vilas-Boas. Na nota, assinada pela presidente Maria Angela Carvalho, a entidade pediu que o governador Rui Costa (PT) tomasse as providências. "Tal atitude não pode permanecer impune", diz o comunicado.

### OPERAÇÃO FAROESTE

## Fachin rejeita recurso de ex-presidente do TJ-BA

**DA REDAÇÃO**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, rejeitou os recursos interpostos pela defesa do ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), Gesivaldo Britto, que pediam pelo retorno do desembargador às atividades na Corte baiana.

A decisão de Fachin foi publicada na edição de ontem do diário da Justiça Eletrônica do STF e referenda decisão do relator da Faroeste na Corte, Og Fernandes, de manter o desembargador afastado cautelarmente.

Gesivaldo, que foi afastado do cargo em novembro de 2019 durante a primeira fase da operação Faroeste, é apontado pela PGR como aliado do grupo do empresário Adailton Maturino, o falso cônsul de Guiné-Bissau, no suposto esquema de venda de decisões judiciais que tinha o propósito de legitimar a venda de terras griladas na região Oeste do Estado.

A medida também é válida para os desembargadores José Olegário Monção Caldas e Maria da Graça Osório Pimentel Leal, além dos juízes Sérgio Humberto de Quadros Sampaio e Marivalda Almeida Moutinho.

Fachin classificou os fatos investigados com "extremamente graves", e afirmou que não seria justo viabilizar que um investigado dite, por exemplo, "o que não é, ou quais sentenças de primeiro grau devem e quais não devem ser reformadas".

"Não se pretende aqui, por óbvio, antecipar o mérito, mas o fato é que sobejam elementos de informação que indicam que o denunciado Gesivaldo Britto participava (...) de esquema ordenado e permanente de venda de decisões judiciais", destacou na decisão.

### POTENCIAL TURÍSTICO

## "Vamos transformar Mucugê no Chile da Bahia", afirma prefeita

**DA REDAÇÃO**

Tombada como Patrimônio Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a cidade de Mucugê se tornou a menina dos olhos da Chapada Diamantina. Por isso, um Plano Municipal de Turismo está sendo elaborado pela prefeitura e pela Secretaria de Turismo do município, que possui pouco mais de 10 mil habitantes.

"Este plano está sendo elaborado e discutido em audiência pública e depois será apresentado na Câmara de Vereadores", explicou a prefeita D Ana (DEM), que na tarde de ontem visitou o Grupo A TARDE e foi recebida pelo diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves, pela diretora do Portal A TARDE, Caroline Gois, e pelo gestor do Marketing, Eduardo Dute.

Na oportunidade, a gestora ressaltou o potencial turístico da cidade e antecipou novas atrações que poderão ser aproveitadas pelos visitantes. "Tem ido muita gente lá, mesmo com a pandemia. Cada vez mais procuram a cidade. O turismo rural está avançado com a colheita das frutas vermelhas e agora vai aumentar com a construção da vinícola, que será inau-

gurada em um mês. Vamos transformar Mucugê no Chile da Bahia", afirmou.

Além disso, acrescentou a prefeita, um novo hotel será construído, totalizando um investimento de R\$ 53 milhões neste novo complexo turístico da região.

Em junho deste ano, a Abaeté Linhas Aéreas anunciou as operações regulares do voo Salvador-Mucugê. A frequência do voo já acontece todas as quintas e domingos, saindo do Aeroporto Internacional de Salvador às 13h, e chegando em Mucugê às 14h40, e no caminho de volta, saindo de Mucugê às 15h e chegando em Salvador às 16h40.

Com o turismo em alta, a prefeita comemora não só a economia pulsante da região, bem como, o controle da pandemia na cidade. Atualmente, Mucugê registra dois casos

positivos da Covid e não há casos suspeitos. "Eu tive uma conversa franca com os comerciantes. Preservando o comércio e as vidas. Mantivemos o comércio aberto com responsabilidade", disse.

Com o segundo semestre iniciando, a democrata afirma que busca ainda mais investimentos para possibilitar a construção de uma escola em tempo integral, além da concretização do projeto Escola Técnica Agrícola. "É preciso garantir a capacitação dos trabalhadores agrícolas e garantir a economia local", pontuou.

Por conta da pandemia, eventos foram cancelados este ano. Mas, a cidade busca reforçar a tradição que já possui na organização de diversos festivais como gastronômico, literário, de forró, de coral, além de eventos esportivos como corridas de montanha e mountain bike que tornam Mucugê um destino procurado por baianos e turistas.

Durante a visita, a prefeita foi apresentada ao projeto A TARDE Educação, que já é realidade em escolas estaduais e também entre professores e alunos de municípios como Salvador, Candeias, Santo Estêvão e Luís Eduardo Magalhães, entre outros parceiros.

### "Plano está sendo elaborado e depois será (...) apresentado na Câmara"

D ANA, prefeita

PROMOÇÃO

**DIA DOS PAIS**  
*um brinde ao melhor*

Nada melhor do que compartilhar grandes momentos ao lado de quem ama. Presentei seu PAI, com um maravilhoso "kit com vinho tinto e branco".

Siga @atardefm no instagram e saiba como participar!

Resultado: 07/08/21

VINHOS, AMIGOS & AMORES

www.atardefm.com.br

atardefm

Grupo A TARDE COMUNICAÇÃO

# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redabahia.com.br](mailto:jairo.junior@redabahia.com.br)

@satelite

Considero declarações machistas, de qualquer ordem, coisas absolutamente inadmissíveis. Precisamos rechaçar toda atitude que desrespeite as mulheres **Daniel Almeida**

Deputado federal pela PCdoB da Bahia

PÍLULA

**Novo alvo** Após o deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT) e o senador Otto Alencar (PSD), a vítima mais recente de hackers especializados em clonagem de WhatsApp foi senador Angelo Coronel (PSD).

## Rede de arrasto

Em negociações avançadas para ingressar no PSL e assumir as rédeas do partido na Bahia, o deputado federal Elmar Nascimento (DEM) intensificou as costuras voltadas a cooptar o maior número possível de líderes políticos com capilaridade eleitoral e filiados às mais diversas legendas, em especial, parlamentares que integram a base aliada ao governador Rui Costa (PT). Até o momento, Elmar ajustou a mira para o PP e PSD, os dois partidos de maior expressão numérica no arco governista. A tática tem sido mostrar que, além da oposição possuir pré-candidato competitivo ao Palácio de Ondina – o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (DEM) –, o inchaço de deputados no PP e PSD prejudica a reeleição de concorrentes com menor base de votos.

### CORINGAS NA MANGA

Mais dois trunfos também vêm sendo usados por Elmar na tentativa de vitimizar o PSL: garantias de emendas parlamentares de alto valor, fruto da sua influência na cúpula da Câmara e do Palácio do Planalto, e privilégios na divisão do gorro fundo de campanha do partido para 2022.

## Três é demais

As articulações do ainda deputado democrata têm como pano de fundo montar um grupo sólido para disputar a vaga do Senado na chapa majoritária da oposição. No entanto, Elmar Nascimento confidenciou a interlocutores próximos que só vai entrar na corrida se o duelo for polarizado entre DEM e PT. Caso surja uma eventual chapa apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro na sucessão estadual, o parlamentar adiantou que recuará do desejo e tentará a reeleição para a Câmara. O cálculo é o de que a divisão de votos do eleitorado antipetista eliminaria substancialmente suas chances de virar senador.

## Gaiola aberta

Outro líder oposicionista que se movimenta abertamente para aumentar a musculatura partidária é o deputado federal Adolfo Viana (PSDB), único baiano da bancada tucana no Congresso. Disposto a ampliar o espaço do PSDB do estado na Câmara para até três cadeiras, Viana abriu conversas junto a lideranças com recalc político. Entre os quais, o ex-deputado federal Marcelo Guimarães Filho, que comandou o Bahia de 2008 a 2013. Já para deputado estadual, a meta do tucano é reeleger os quatro atuais parlamentares da sigla.

## Final da fila

Líder da base governista na Assembleia, o deputado estadual Rosemberg Pinto (PT) está cada vez mais decidido a abandonar a candidatura a federal ano que vem. Em bate-papos com colegas de bancada, Rosemberg atribui a provável desistência ao engarramento de petistas com força considerável nas urnas. Aos aliados, disse que somente retomaria os planos se um deputado federal do PT abrisse mão em seu favor.

## Salto alto

Com a queda de Fábio Villas-Boas, a subsecretária estadual da Saúde, Tereza Paim, surge na bolsa de apostas como favorita a continuar à frente do cargo – ela assumiu em caráter interino. A tese é de que trocar a gestão na pandemia seria arriscado. Fora isso, Tereza tem apoio malucoso na Se-sab e bom trânsito na imprensa.

**Um brinde a quem sempre foi a sua referência.**

No dia 06 de agosto, sexta-feira, compre o Correio e leve uma caneca de Chopp personalizada.

**SEXTA-FEIRA 06 AGOSTO**

Jornal+ caneca **RS 2,50**

**Correio**

Promoção válida enquanto durar o estoque. Assinantes podem solicitar a sua caneca através da Central de Atendimento 0713480-9140 a partir de dia 06/08. Promoção válida apenas para assinantes da capital. Jornal sem caneca R\$15,00.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
AVISO DE LICITAÇÃO Processo Administrativo nº 194/2021 O MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA-BA, para realizar PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 em 16 de Agosto de 2021 08:00hs, destinado a Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza material de consumo para exercício de 2021, os demais Atos deste certame estão na íntegra, disponíveis na Prefeitura Municipal de Teolândia, Rua Antônio dos Santos, nº 52, no horário das 08:00 às 12:00 hs e no Sítio Eletrônico ([www.teolandia.ba.gov.br/editais](http://www.teolandia.ba.gov.br/editais)), Teolândia-Ba, 03/08/2021. Erickson Lucas de Souza Menezes - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON**  
AVISO DE LICITAÇÃO. Aviso de Licitação: Edital: Pregão Eletrônico nº 063/2021. Abert.: 18/08/2021 às 09:00h. Através do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Obj: registro de preço para eventual aquisição de vidros com instalação e acessórios, para atender os prédios públicos pertencentes a secretaria de saúde de Miguel Calmon e aquisição de alimentos para cães e gatos em situação de rua. Edital e demais informações a atos posteriores na Prefeitura de Miguel Calmon, no site: <http://diariosoficiais.org.br/ba/miguelcalmon> e no site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). T: 74 3627-2121. Wesley Marley Almeida Pereira - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENTIO DO OURO**  
AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 02TP/2021 - Objeto: Recuperação de Estradas Vicinais no município de Gentio do Ouro/BA conforme CV Nº 2.618.000/2020 - Ministério da Integração Nacional - CODEVASF. Sessão: 19/08/2021, às 08:00h. Tipo: Menor Preço. Informações e Sessão no Setor de Licitações, na Praça Vanderlino Vieira, nº 01, CEP: 47.450-000 - Gentio do Ouro/Bahia, das 08:00h às 12:00h. Fone (74) 3637-2127. Wagner Pereira da Silva - Presidente da COPEL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO CORIBE**  
CNPJ Nº: 16.430.951/0001-30  
AVISO DE LICITAÇÃO  
A Prefeitura de São Félix do Coribe, torna público abertura das seguintes licitações:  
Pregão Presencial, edital nº025/2021, objeto: Serv. Lavagem de veículos, abertura:17.08.2021, às 9:00hs, site:[www.saofelixdocoribe.ba.gov.br](http://www.saofelixdocoribe.ba.gov.br), e Prefeitura, período 04.08 a 17.08.2021. Pregoeiro - Fernando Batista. fone - 77-3491-1612. Em, 03.08.2021.  
Retifica data de abertura Pregão Presencial, edital nº023/2021, objeto: aquis. Óleo diversos, abertura:16.08.2021, às 14:00hs, site:[www.saofelixdocoribe.ba.gov.br](http://www.saofelixdocoribe.ba.gov.br), e Prefeitura, período 04.08 a 16.08.2021. Pregoeiro - Fernando Batista. fone - 77-3491-1612. Em, 03.08.2021

**1º REGISTRO DE IMOVEIS**  
MUNICÍPIO DE CORIBE

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

PROTÓCOLO: 221.561  
DATA DA PRENOTAÇÃO: 17/03/2021

Helen Lirio Rodrigues de Oliveira, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. em cumprimento ao disposto no artigo 26, §4º da Lei nº 9.514/97, vem intimar o(a) Sr(a) FRANC KRAGL NETO - CPF nº 295.638.369-53, por não ter sido notificado(a) pessoalmente pelo 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Salvador/BA, em razão de ENCONTRAR-SE EM LOCAL IGNORADO OU INCERTO, conforme certificação de protocolos ns. 126167 e 127364, registros ns. 491548 e 492745, de 17/05/2021 e 06/07/2021, respectivamente, para fins de cumprimento das obrigações contratuais, relativas ao contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária, firmado com o BANCO BRADESCO S/A - CNPJ Nº 60.746.948/0001-12, referente ao Apartamento de nºs 1.101 de porta e 195.263 de inscrição no Censo Imobiliário Municipal, integrante do Edifício Solar Príncipe Regente, sito à Av. Princesa Isabel, nº 112, Subdistrito da Vitória, zona urbana desta Capital, Matrícula nº 33.596. Assim, procedo a intimação de Vossa Senhoria, para que se dirija ao BANCO BRADESCO S/A - CNPJ Nº 60.746.948/0001-12, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir desta data, ficando Vossa Senhoria cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito da CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE do imóvel em favor do Credor Fiduciário. Dado e passado nesta cidade e comarca de Salvador, Estado da Bahia, aos 09 de julho de 2021.

Atenciosamente,  
PL  
BELA, HELEN LIRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
OFICIAL

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMOVEIS  
MUNICÍPIO DE CORIBE  
Praça da Liberdade s/nº  
Bairro: Centro Administrativo

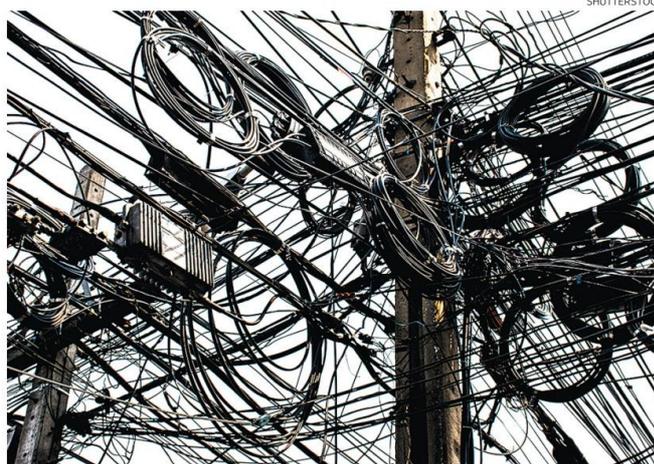
## Coelba bate recorde de recuperação de energia

**TERROR DOS 'GATOS'** A Coelba alcançou um resultado histórico no combate ao furto de energia. Apenas no primeiro semestre deste ano, a distribuidora de energia recuperou 157 milhões de kWh, maior volume já registrado para o período. Para se ter dimensão, esse valor é o suficiente para todo o município de Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, durante dois meses e meio.

Segundo a Coelba, a empresa vem realizando uma série de ações de prevenção e combate aos desvios de energia, que são conhecidos como "gato". Com isso, foi possível regularizar clientes clandestinos e fiscalizar e substituir medidores. A distribuidora também adotou o uso de tecnologias de redes inteligentes e modelagem estatística para detecção do furto com maior precisão.

Dados da Coelba indicam que a energia recuperada no primeiro semestre de 2021 é cerca de 40% superior ao resultado obtido no mesmo período do ano passado. De janeiro a junho deste ano, foram realizadas 176 mil inspeções em toda a Bahia, com a substituição de 141 mil medidores obsoletos ou com defeito.

Além disso, a Coelba também identificou 55 mil irregularidades nas operações de com-



**Realizar furto de energia, os populares 'gatos', é crime e pode dar até oito anos de prisão**

bate ao furto de energia, que foram encontradas em todos os segmentos de consumidores. Do total de energia, cerca de 79 milhões de kWh foram recuperados em fazendas e propriedades agrícolas, enquanto outros 27 milhões estavam em residências.

Um dos maiores casos de furto foi detectado em uma fazenda no município de São Desidério, em que, somente nesta operação, foram recuperados 10 milhões de kWh,

energia que seria suficiente para abastecer todo o município de Barreiras por um mês ou 90 mil residências durante o mesmo período.

Foram realizadas, ainda, 25 operações em parceria com a Polícia Civil. Quatro pessoas foram levadas à delegacia para prestar esclarecimentos. Furto de energia é crime e pode gerar até oito anos de prisão. As denúncias podem ser feitas de forma anônima em [www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br).

## TCE APROVA CONTAS DO GOVERNO ESTADUAL DE 2020

**COLEGIADO** O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) aprovou, em sessão ordinária virtual realizada ontem, as contas do governador Rui Costa relativas ao exercício do ano de 2020. Com o placar de 5 votos a 1 o colegiado de conselheiros recomendou a aprovação das contas que seguem para apreciação dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Bahia.

A relatoria do processo ficou com a conselheira Carolina Matos Alves Costa, que votou recomendando a aprovação das contas, com ressalvas. Acompanharam a relatora os conselheiros Marcus Presídio, Inaldo Araújo, João Bonfim e Antônio Honorato. Contra a aprovação votou o conselheiro Pedro Lino. Participaram também da sessão o procurador geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno, e o procurador geral do Ministério Público de Contas do Estado, Tarciso Carvalho. As informações são do TCE.

**Com o placar de 5 votos a 1 o colegiado de conselheiros recomendou a aprovação das contas que seguem para apreciação dos deputados estaduais**

## CASOS DE COVID SEGUEM EM QUEDA NO ESTADO

**PANDEMIA** A Bahia registrou 43 mortes e 553 novos casos de covid-19 (taxa de crescimento de +0,0%) de segunda-feira para ontem, de acordo com dados do relatório epidemiológico da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab). No mesmo período, 1.362 pacientes (+0,1%) foram considerados curados da doença.

O número de novos casos em 24 horas é o menor registrado no ano, e o menor desde o dia 3 de novembro de 2020, quando registrou 407 novos casos, de acordo com dados do Acompanhamento Diário de Casos da Central Integrada de Comando e Controle de Saúde da Sesab. Por um erro de sistema, no dia 30 de maio de 2021, o estado não registrou dados sobre a doença.

Dos 1.195.507 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.165.413 já são considerados recuperados, 4.266 encontram-se ativos. O número de ativos no estado segue em tendência de queda, intensificada no final de julho. Na Bahia, 51.442 profissionais da saúde foram confirmados para covid-19.

O número total de mortes por covid-19 na Bahia desde o início da pandemia é de 25.828.

## Mais duas 'caixas misteriosas' de navio nazista aparecem em Salvador

**PRAIAS** Duas novas 'caixas misteriosas' apareceram nas praias de Itapuã e do Flamengo, em Salvador. Os objetos, que eram a carga de um navio nazista, foram removidos pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) ontem.

Por conta do peso, foi necessária a utilização de um caminhão na remoção. Os pacotes, que pesam até 200kg, serão encaminhados para Capitania dos Portos. O objeto, na verdade, é um fardo de borracha que era transportado por um navio Nazista que naufragou em 1944 no litoral nordestino.

Desde agosto de 2018, fardos parecidos foram encontrados em praias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e até na Flórida, nos Estados

Unidos. Pesquisadores notaram um detalhe: uma inscrição dizendo "Made in Indochina". Essa colônia francesa foi desfeita em 1954, dando lugar a países como Laos, Camboja e Vietnã. Ou seja: o que quer que fossem os objetos, eles tinham sido produzidos há, ao menos, 65 anos.

Carlos Teixeira, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), encontrou um vídeo de 1944 que mostrava pescadores recolhendo objetos parecidos nas águas nordestinas. Os fardos em questão eram a carga de um navio do Exército Nazista que foi afundado no dia 4 de janeiro daquele ano, no auge da Segunda Guerra Mundial. Em um artigo, o professor explica que a borracha, usada nos pneus e armas, não era produzida no território alemão e

precisava ser importada de lugares como a Indochina.

Abatido pela Marinha Americana em 4 de janeiro de 1944, o SS Rio Grande - o navio alemão usava um nome em português para confundir os inimigos - afundou, junto com sua carga, a 5,7 mil metros de profundidade - e lá ficou até agosto de 2018.

Há duas teorias principais para o surgimento dos fardos: uma a de que o desgaste natural abriu um buraco no porão do navio, deixando a borracha escapar. A outra, mais aceita, especula que um grupo de piratas teria ido até o local do naufrágio para recuperar outros itens do SS Rio Grande: 500 toneladas de estanho, 2.370 de cobre e 311 de cobalto. No processo de retirada do metal nobre, a borracha, que boia, teria escapado.

**Desde agosto de 2018, fardos parecidos foram encontrados em praias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e até na Flórida, nos Estados Unidos. Pesquisadores notaram um detalhe: uma inscrição dizendo "Made in Indochina"**

## PSICÓLOGO EXPLICA COMO CUIDAR DA SAÚDE MENTAL

**PROGRAMA** A Olimpíada de Tóquio-2020 está trazendo acontecimentos históricos que vão para além de novos recordes de tempo ou vitórias. Nesta edição dos Jogos, o mundo voltou seus olhos para discutir saúde mental. A escolha da ginasta americana Simone Biles, de desistir de algumas finais ecoou essa reflexão. Pensando nisso, o psicólogo, ex-jogador de futebol e integrante do Grupo de Trabalho de Psicologia do Esporte (GTPES) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, Robson de Araújo Silva, foi o convidado de ontem do programa Saúde e Bem Estar, do CORREIO, comandado pelo jornalista Jorge Gauthier. "O atleta precisa estar preparado física, tática e psicologicamente", afirmou Robson. O programa pode ser visto no Instagram do jornal: @correio24horas.

**Nesta edição dos Jogos Olímpicos, o mundo voltou seus olhos para discutir saúde mental a partir de desistência de ginasta americana**

## RUI COSTA ANUNCIA NOMEAÇÃO DE PROFESSORES

**EDUCAÇÃO** O governador Rui Costa anunciou, durante o Papo Correria de ontem, a nomeação de 312 novos servidores da Educação, que será publicada no diário oficial (DOE) de amanhã (5). Serão 277 professores e 35 coordenadores pedagógicos que foram convocados no dia 16 de junho de 2021. Segundo o governador, a posse acontece em até 30 dias, e até setembro, os professores e coordenadores pedagógicos deverão assumir as suas funções nas escolas. Com este quantitativo, o certame totalizará 2.630 docentes e 652 coordenadores nomeados. "Agora podemos ter um retorno seguro às aulas. No dia 9 volta o ensino fundamental, e por falar em escola, esta semana serão nomeados professores concursados da educação básica e coordenadores de Reda", afirmou Rui.

**A posse acontece em até 30 dias, e até setembro, professores e coordenadores deverão assumir as suas funções nas escolas**

# Medo de deterioração fiscal faz dólar subir 0,53%

**MERCADO** Temores de deterioração das contas públicas na esteira da ameaça de uma ondata populista do governo Jair Bolsonaro, em meio ao debate sobre mudanças no pagamento de precatórios e de um reajuste maior do Bolsa Família, pautaram os negócios no mercado de câmbio no pregão de ontem, em mais um dia de muita volatilidade. Depois do alívio ontem, quando o dólar caiu 0,86% devolvendo parte da alta de 2,57% da sexta (30/7), a moeda americana voltou a subir com força por aqui, operando a maior parte do pregão acima de R\$ 5,20 e registrando, no início da tarde, máxima de R\$ 5,2746.

Ao longo da tarde, com a virada do Ibovespa para o campo positivo, acompanhando as bolsas em Nova York, e declarações do presi-

**Devo, não nego; pagarei assim que puder**

Paulo Guedes ministro da Economia, sobre o aumento no gasto com precatórios. A frase, que transparece possibilidade de calote, assustou o mercado.

dente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), as pressões sobre o real diminuíram um pouco. Lira negou que haja conversas em torno do aumento do Bolsa Família para R\$ 400 e refutou a possibilidade de rompimento do teto dos gastos.

Ainda assim, o dólar à vista fechou em alta firme, de 0,53%, a R\$ 5,1927. A volatilidade foi, uma vez mais, extremada, com oscilação de quase 10 centavos entre a mínima e a máxima. Na B3, o dólar futuro para setembro apresentou giro forte, de mais de US\$ 18 bilhões, o que pode sugerir ajuste expressivo de posições.

Para head de câmbio da Acqua-Vero Investimentos, Alexandre Netto, o encaminhamento da questão dos precatórios e o desejo de aumento do Bolsa Família passaram a sensação de um governo "displícite" com a

questão fiscal. E o risco de deterioração das contas públicas deve aumentar cada vez mais, à medida que se aproximam as eleições de 2022. "Bolsonaro parece disposto a sacrificar o fiscal se for para garantir a sua reeleição, enquanto Lula já disse que vai acabar com o teto de gastos. Isso tudo pressiona a moeda", analisa.

Pela manhã, o ministro Paulo Guedes afirmou que o valor do pagamento de precatórios em 2022 chega a R\$ 90 bilhões, o equivalente a 93% das despesas discricionárias. Para aliviar as contas, o governo quer emular uma PEC que permita o parcelamento de parte dos precatórios em até 10 anos. Guedes negou que haja calote, mas assustou ao repetir um ditado popular clássico dos inadimplentes: "Devo, não nego; pagarei assim que puder".

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1917	R\$ 5,1927
Dólar Turismo	R\$ 5,1930	R\$ 5,3470
Euro turismo	R\$ 6,1070	R\$ 6,3700

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição%
Ibovespa	123.576,56	+0,87%

### POUPANÇA

04/08/2021	0,1559%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$1.100,00
-------------

### INFLAÇÃO

	Junho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,53%	3,76%	8,34%
INPC/IBGE	0,60%	3,95%	9,22%
IGP-M/FGV	0,60%	15,09%	35,76%

## SAÍDA DE DINHEIRO

# 7BI

**de reais foram retirados por investidores estrangeiros da bolsa brasileira (a B3) entre 1º e 28 de julho. O movimento é justificado pelas incertezas sobre os impactos econômicos da variante Delta e também pela preocupação com as crises política e fiscal no país.**

## Petz anuncia compra da Zee Dog por R\$ 715 milhões

**MERCADO PET** A empresa de comércio de produtos para animais Petz anunciou ontem a compra da plataforma Zee Dog e suas subsidiárias por um total de R\$ 715 milhões, valor que considera a avaliação da empresa e montante em caixa.

"A transação representa um movimento único de transformação e consolida-

ção do mercado pet, e fundamental na busca pela visão do Grupo Petz de ser mundialmente reconhecido como o melhor ecossistema do segmento pet até 2025", afirma a empresa em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado.

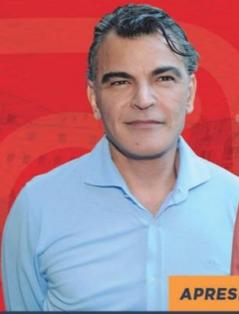
Ainda não comunicado, a

Petz destaca que a associação amplia os horizontes, trazendo novas avenidas de crescimento por meio da expertise de gestão de marca, desenvolvimento de produtos exclusivos, "sourcing" e tecnologia, além da rede de distribuição para os pequenos pet shops (littleBs) no Brasil e para o mercado pet internacional.

# #Segundou

AGOSTO DA  
FILANTROPIA

## O Bem para gerar o bem



**APRESENTAÇÃO:**

**Joca Guanaes**

Marketing e Consultor de Estratégia

CONVIDA:



**Carola Matarazzo**

Diretora Executiva do Movimento Bem Maior



**09 AGO**  
**18h30**

**Luiza Helena Trajano**  
Magazine Luiza

Presidente do Conselho do Magazine Luiza e Presidente do Grupo Mulheres do Brasil

**Dia 09/08, às 18h30**  
**no Instagram**

@CORREIO24HORAS




**ECONOMIA**

**Times de futebol vão poder pedir recuperação judicial**

**NOVA LEI** Os times brasileiros de futebol estão às vésperas de poder se tornar empresas, com direito a abrir capital na B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo), emitir debêntures e atrair investidores estrangeiros. Hoje, os clubes funcionam como associações sem fins lucrativos (exceto Red Bull Bragantino, Botafogo-SP e Cuiabá) e a mudança depende apenas da sanção do presidente Jair Bolsonaro de uma lei aprovada no Congresso que regulamenta a Sociedade Anônima de Futebol (SAFs).

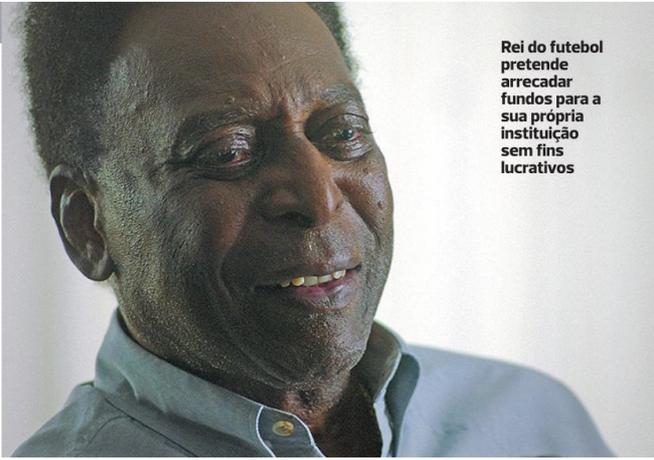
Uma das novidades que a nova lei traz é a possibilidade dos clubes equacionarem seus problemas financeiros ao recorrerem à Justiça para pedir recuperação judicial (RJ), um processo onde a empresa se reorganiza financeiramente e negocia suas dívidas com a intermediação do Poder Judiciário.

As dívidas do futebol brasileiro só crescem – Cruzeiro, Corinthians e Botafogo, por exemplo, devem mais de R\$ 900 milhões cada, segundo a consultoria Sports Value. Desta forma, recuperar o controle das finanças com a ajuda da justiça parece uma boa opção para os times se reerguerem.

**Mudança de clubes sem fins lucrativos para empresas depende de sanção de lei já aprovada pelo Congresso**

**BRASIL DEVE TER MAIS 100 MIL NOVOS MILIONÁRIOS**

**ATÉ 2025** O número de brasileiros com patrimônio de mais de US\$ 1 milhão pode chegar a 481 mil em 2025, crescimento de 29% em relação a 2020 (373 mil), mostram estimativas da consultoria britânica Newmark. Os super-ricos, com patrimônio de mais de US\$ 30 milhões, devem crescer 23% até 2025 no país e chegar a pouco mais de 6 mil pessoas. Para chegar a essas estimativas, um time de engenheiros da consultoria criou um modelo que estima a população de milionários a partir de informações passadas por mais de 600 fontes pelo mundo, incluindo áreas de private dos bancos, family offices e consultores. O levantamento considera o patrimônio líquido incluindo a principal residência (mais valiosa).



**Rei do futebol pretende arrecadar fundos para a sua própria instituição sem fins lucrativos**

**Pelé fará IPO Humano; cada cota custa U\$S 10 mil**

**PROJETO** Pelé, o eterno Rei do Futebol, anunciou ontem que fará um IPO humano. IPO é a sigla em inglês para a abertura de capital de empresa com a venda de ações em bolsa de valores.

Segundo a Folhapress, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, vai integrar o programa da Human IPO, uma plataforma que funciona como bolsa de valores do tempo de profissionais de destaque nas suas respectivas áreas de atuação.

Ele vai vender seu tempo para os fãs e arrecadar capital para a sua própria instituição sem fins lucrativos, The Pelé Foundation.

Cada cota será negociada pelo valor inicial de US\$ 10 mil (cerca de R\$ 52.600).

O dia do bate-papo está marcado para 11 de agosto. Proprietários das cotas poderão resgatar uma conversa virtual de 30 minutos com a lenda do futebol mundial. Serão negociados dez bate-papos. O próprio jogador se pronunciará sobre o IPO nas suas redes sociais.

“Meus amigos, estou feliz em anunciar 10 intervalos de tempo do meu tempo no humanipo.app. Bate um papo comigo. A arrecadação será destinada a apoiar a Fundação Pelé na capacitação de crianças e no acesso à educação. Mantenha a bola rolando!”, escreveu o Rei nas redes sociais. “Não precisa chance. Siga @pele em humanipo.app”.

**Prima e Acciona lançam empreendimento de alto padrão em Ondina**

**TORRE COM 20 ANDARES** A empresa brasileira Prima Empreendimentos, sediada em Salvador, e o grupo espanhol Acciona anunciaram o lançamento do empreendimento Morro Ipiranga Residence, em Ondina, orla de Salvador. O prédio, de alto padrão, ocupa um dos últimos terrenos disponível para construção no Morro Ipiranga e tem Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 80 milhões. O valor do metro quadrado não foi informado, mas as empresas garantem que 50% das unidades já foram vendidas. O empreendimento é um torre única, de 20 andares e 40 apartamentos com uma área privativa de 210 m<sup>2</sup>, duas varandas e ventilação cruzada no living, três vagas de garagem e um depósito privativo. O projeto permite oito opções de plantas. A sustentabilidade é outro diferencial e o projeto prevê até estações para carregamento de veículos elétricos. Entre as opções de lazer destacam-se as piscinas adulto e infantil e o terraço descoberto.



**A piscina é um dos destaques das opções de lazer**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2021** O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambupe torna público que às 09h00 do dia 17/08/2021, no Salão da Secretaria Municipal de Educação do Município de Inhambupe, localizada na Praça Cônego Maximiano S/N, (Antigo Fórum), Centro, Inhambupe – Bahia, receberá propostas de preços destinadas a Registro de Preços para o fornecimento de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, para atender necessidades das diversas Unidades Administrativas, para futuras contratações de acordo com a conveniência e necessidades das Secretarias Municipais do Município de Inhambupe. Menor Preço por Lote. O Edital estará disponível gratuitamente no site [www.doem.org.br/bah/inhambupe](http://www.doem.org.br/bah/inhambupe). Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, das 08h00 às 14h00, pelo Fone (75) 3431-2470 ou pelo E-mail: [licitacao@inhambupe.ba.gov.br](mailto:licitacao@inhambupe.ba.gov.br). Inhambupe, 03 de agosto de 2021. Lourival de Oliveira Rocha Filho – Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** Referente ao Proc. Adm. n. 931/21 - CP n. 003/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para dar continuidade a obra já iniciada de construção de ginásio e pista de atletismo dentro do esporte - OIE. A Comissão no uso das suas atribuições decide por HABILITAR as empresas PIVA CONSTRUTORA EIRELI e TEMARCEU CONSTRUTORA EIRELI. Decidindo ainda por INABILITAR a empresa IFC ENGENHARIA LTDA. Face ao exposto, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação, de acordo com o art. 109 da Lei 8666/93. Paulo Afonso-BA, 03/08/2021. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

**JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** Referente ao Proc. Adm. n. 829/21 - CP n. 002/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para executar serviços de CONSTRUÇÃO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA, localizada na Rua Bahia, Quadra 03, Lote 191, bairro General Dutra, Paulo Afonso-BA. A Comissão no uso das suas atribuições decide por HABILITAR as empresas MAPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA e CGN CONSTRUÇÕES EIRELI. Decidindo ainda por INABILITAR as empresas MANTEP MANUTENÇÃO PROJETOS e OBRAS INDUSTRIAIS LTDA e FC CONSTRUÇÕES LTDA. Face ao exposto, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação, de acordo com o art. 109 da Lei 8666/93. Paulo Afonso-BA, 03/08/2021. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRARÁ**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - PP 016/2021** O Município de Irará, torna público que realizará Pregão Presencial nº 016/2021 no dia 16 de agosto de 2021, às 08:30 horas, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA DOAÇÃO AOS MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IRARÁ/BA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, o edital estará à disposição, na COPEL, situada na localizada na Praça Maria Bacelar, nº. 120, Centro, Irará - BA, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira ou via e-mail através do [licitacoes.pmrara@gmail.com](mailto:licitacoes.pmrara@gmail.com). Maiores informações Tel. (075) 3247-3800. Irará/BA, 03 de agosto de 2021. DINORA B. S. SOUZA - PREGOEIRA.

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - PP 017/2021** O Município de Irará, torna público que realizará Pregão Presencial nº 017/2021 no dia 16 de agosto de 2021, às 10:30horas, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME O ESTABELECIDO NO EDITAL E SEUS ANEXOS, o edital estará à disposição, na COPEL, situada na localizada na Praça Maria Bacelar, nº. 120, Centro, Irará - BA, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira ou via e-mail através do [licitacoes.pmrara@gmail.com](mailto:licitacoes.pmrara@gmail.com). Maiores informações Tel. (075) 3247-3800. Irará/BA, 03 de agosto de 2021. DINORA B. S. SOUZA - PREGOEIRA.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUJUCRUQU**  
**CNPJ N. 16.412.025/0001-32**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 024/2021**  
A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 024/2021. Processo Administrativo: 118/2021, Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: contratação de empresa de tecnologia para prestação de serviços de locação de sistemas de Gestão Pública Municipal, com a prestação de serviços correlatos, licenciamento de uso e suporte técnico dos módulos/aplicativos de Contabilidade Pública, Tesouraria, Planejamento Municipal, Gestão de Patrimônio, Apropriação de Custos, e Sistema de Portal do Gestor, para ações da Prefeitura Municipal de Jucruçu e dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, sessão de abertura: às 09 hrs e 30 min do dia 17/08/2021, na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Jucruçu- Bahia, local Praça Josino Eduardo Brito, 410 - Centro - CEP: 45.834-000 - Jucruçu / BA. Maiores informações através do Edital na Prefeitura Municipal de Jucruçu- BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 hrs às 12:00 hrs, de segunda à sexta-feira. Jucruçu-BA, 03 de agosto de 2021. Desirêe Franco Carvalho - Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE**  
**CNPJ N. 13.827.027/0001-02**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 006-2021**  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE, estará realizando: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006-2021 - OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Materiais de Informática para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de São Felipe – BA. DATA: 17/08/2021. HORARIO: 09:00 horas iniciais - e-mail: [licitacoesaosfelipe@gmail.com](mailto:licitacoesaosfelipe@gmail.com) tel: 35 3628-2021. São Felipe, 04/08/2021. Milton Couto Ribeiro Blois – Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO (BA)**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 0006/2021-FMS** - Processo nº 8926/2020 Contrato nº 0006/2021-FMS TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020 Contratado: DIRECIONAL CONSTRUTORA LTDA CNPJ nº 09.2739720301-24 Objeto: Reforma área interna no Hospital Municipal de Simões Filho, Bahia, PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI, ADULTO COM 10 LEITOS, regime de emergência, a vigilância unitária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários para execução das obras Valor Global: R\$ 352.908,93 (trezentos e cinquenta e dois mil novecentos e oito reais e noventa e três centavos); Vigência: 04 (quatro) meses Período: 02.03.2021 a 31.05.2021 Data da Assinatura 01.02.2021

**EXTRATO CONTRATO Nº 0007/2021-FMS** - Processo nº 3610/2020 Pregão Eletrônico nº 043/2020 Contratado: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA CNPJ nº 71.256.283/0001-85 Objeto: O objeto é aquisição de EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Simões Filho - Bahia, atendendo a proposta 11189.9740001190-01. Ministério da Saúde, Recurso de emenda parlamentar Valor Global: R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais); Vigência: 12 (doze) meses Período: 02.02.2021 a 01.02.2022 Data da Assinatura 02.02.2021

**EXTRATO CONTRATO Nº 0008/2021-PMSF** - Processo nº 5823-2020 Pregão Eletrônico nº 047/2020 Contratado: TELEMAR NORTE LESTE S/A CNPJ nº 33.000.118/0001-79 Objeto: Constitui objeto deste contrato a contratação, de empresas especializadas para prestação de Serviços de Comunicação de Dados, através de tecnologia IP. Rede corporativa e Multisserviços com tecnologia LINKS REFRIGERADO, PEGAS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 03.394.064/0001-74 Objeto: Urgência (SAMU), para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Simões Filho - BA Valor Global: R\$ 4.039.42 (quatro mil, trinta e nove reais e quatro e dois centavos); Vigência: 12 (doze) meses Período: 08.02.2021 a 07.02.2022 Data da Assinatura 23.02.2021

**EXTRATO CONTRATO Nº 0010/2021-FMS** - Processo nº 4214/2020 Pregão Eletrônico nº 048/2020 Contratado: ALTERNATIVA COMERCIAL TEXTIL LTDA-ME CNPJ nº 03.180.328/0001-25 Objeto: O objeto é Contratação de empresa para a contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DE USO DO SERVIÇO DE AQUECIMENTO MÓVEL DE URGENCIA (SAMU), para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Simões Filho - BA Valor Global: R\$ 4.039.42 (quatro mil, trinta e nove reais e quatro e dois centavos); Vigência: 12 (doze) meses Período: 23.02.2021 a 22.02.2022 Data da Assinatura 23.02.2021

**EXTRATO CONTRATO Nº 0011/2021-PMSF** - Processo nº 1372/2021 Pregão Eletrônico nº 035/2021 Contratado: T. NAVA COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS EIRELI-ME CNPJ nº 18.912.500/0001-65 Objeto: Aquisição de material de Expediente, visando atender as necessidades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Simões Filho Valor Global: R\$ 4.202,00 (quatro mil, duzentos e dois reais); Vigência: 12 (doze) meses Período: 02.03.2021 a 01.03.2022 Data da Assinatura 28.02.2021

**EXTRATO QUINTO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0057/2016-PMSF** - Processo: 9579/2020 Pregão Presencial: 01/2016 Contratado: CBI-CENTRO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA LTDA-ME CNPJ: R\$ 158.923/0001-19 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 04 (quatro) meses Período: 31.01.2021 a 30.05.2021 Valor: R\$ 43.633,32 (quarenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e dois centavos) Data da assinatura 29.01.2021

**EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0004/2020-PMSF** - Processo: 9579/2020 Inexigibilidade de Licitação: 001/2020 Contratado: WILDBERGER E MATOS ADVOGADOS CNPJ: 32.071.582/0001-09 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 24.01.2021 a 23.01.2022 Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) Data da assinatura 22.01.2021

**EXTRATO TERCEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0008/2019-PMSF** - Processo: 464/2021 Pregão Eletrônico: 001/2018 Contratado: TICKET SOLUTIONS HDTF S.A. CNPJ: 03.508.307/0001-57 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 02.02.2021 a 01.02.2022 Valor: R\$ 6.704.844,87 (seis milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) Data da assinatura 28.01.2021

**EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0088/2020-PMSF** - Processo: 327/2021 Dispensa de Licitação: 017/2020 Contratado: ASSUTRI REFRIGERACAO PEGAS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 03.394.064/0001-74 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias Período: 25.01.2021 a 24.04.2021 Valor: R\$ 6.390,00 (seis mil, trezentos e noventa reais) Data da assinatura 22.01.2021

**EXTRATO QUINTO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0006/2018-PMSF** - Processo: 155/2021 Concorrência Pública: 006/2017 Contratado: CROGEMONT CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGENS EIRELI-ME CNPJ: 21.508.431/0001-33 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 24.01.2021 a 23.01.2022 Valor: R\$ 525.671,34 (quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quatro centavos) Data da assinatura 22.01.2021

**EXTRATO QUINTO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0009/2018-PMSF** - Processo: 519/2021 Tomada de Preço: 001/2017 Contratado: CONTINENTAL GAS LTDA CNPJ: 16.726.775/0001-09 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 18.02.2021 a 17.02.2022 Valor: Existência de Saldo. Data da assinatura 22.01.2021

**EXTRATO QUINTO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0006/2020-PMSF** - Processo: 742/2021 Inexigibilidade de Licitação: 002/2020 Contratado: LUMINEX CONSULTORIA E SERVIÇOS CNPJ: 05.892.066/0001-65 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 10.02.2021 a 09.02.2022 Valor: existência de saldo Data da assinatura 08.02.2021

**EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0010/2020-PMSF** - Processo: 267/2021 Pregão Eletrônico: 001/2019 Contratado: CROGEMONT CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGENS EIRELI-ME CNPJ: 21.508.431/0001-33 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 18.02.2021 a 17.02.2022 Valor: Existência de Saldo. Data da assinatura 22.01.2021

**EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0006/2020-PMSF** - Processo: 742/2021 Inexigibilidade de Licitação: 002/2020 Contratado: SOARES REIS E ADVOGADOS ASSOCIADOS CNPJ: 03.288.100/0001-53 Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses Período: 03.02.2021 a 02.02.2022 Valor: 347.475,84 (trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) Data da assinatura 01.02.2021

# Mais\*

Ivan D. Marques,  
com correio24horas

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

Um dia após a divulgação das ofensas do secretário estadual de Saúde Fábio Vilas-Boas contra a chef e empresária Angeluci Figueiredo, do Preta, o gestor pediu exoneração o cargo. Pesou ainda para saída dele, um vídeo divulgado ontem em que ele aparece invadindo o restaurante, localizado na Ilha dos Frades.

A saída de Vilas-Boas do cargo que ocupava desde janeiro de 2015, ainda no primeiro mandato de Rui Costa, foi anunciada pelo governo do estado, através de nota divulgada à imprensa no final da tarde de ontem e minutos depois reafirmada pelo próprio Vilas-Boas nas suas redes sociais. O cardiologista entregou uma carta com o pedido de exoneração e a solicitação foi aceita pelo governador.

“Entreguei, agora à tarde, minha carta com pedido de exoneração do cargo de secretário estadual de Saúde, que ocupava desde janeiro de 2015. A solicitação foi aceita pelo governador Rui Costa”, escreveu o agora ex-secretário no Twitter.

Mesmo após as ofensas à chef, a exoneração de Vilas-Boas não era certa, por conta da amizade e prestígio dele junto ao governador. No entanto, o vídeo da invasão piorou o clima e, provavelmente, acelerou a decisão pela saída dele do cargo.

Usando uma camisa listrada e uma bermuda azul, o ex-secretário fica alguns minutos encostado em uma parede, que acaba pulando. Ele mexia no celular e estava com a máscara pendurada no rosto. Somente ele aparece nas imagens, que foram gravadas no momento em que o médico chegou ao local e encontrou o restaurante fechado. Veja o vídeo da invasão em: <https://glo.bo/3A5lgK1>.

Ainda no Twitter, o médico agradeceu a confiança do governador que lhe fez o convite e que “me deu a oportunidade de contribuir para uma verdadeira revolução na saúde visando atender a quem mais precisa”.

Na nota oficial, Rui agradeceu pelo empenho com que o médico conduziu a pasta durante sua gestão. O substituto de Vilas-Boas será anunciado nos próximos dias. Interimamente, a Sesab será conduzida pela subsecretária Tereza Paim.

No programa de rádio oficial do governo estadual, Papo Correria, Rui não citou a exoneração de Vilas-Boas em

## Secretário de Saúde deixa governo

**Fim da linha** Após ofender chef de restaurante, Fábio Vilas-Boas é exonerado



Fábio Vilas-Boas @fabiovlboas · 1 h

Entreguei, agora à tarde, minha carta com pedido de exoneração do cargo de secretário estadual de Saúde, que ocupava desde janeiro de 2015. A solicitação foi aceita pelo governador Rui Costa.

221

159

430



No Twitter, Vilas-Boas confirmou o pedido de exoneração

Entreguei, agora à tarde, minha carta com pedido de exoneração do cargo de secretário estadual de Saúde Fábio Vilas-Boas

Ex-secretário de Saúde, ao confirmar sua saída do governo Rui Costa

Revelei o que aconteceu não mais por mim, mas por todas as mulheres que já foram de alguma forma assediadas e não tiveram chance de serem ouvidas Angeluci Figueiredo Chef, ao saber da exoneração de Vilas-Boas

O Secretário Fábio Vilas-Boas caiu, após tropeçar no próprio machismo. Fica a lição devida não só pra ele, mas para outros que precisam rever seus valores Olívia Santana Deputada estadual pelo PCdoB

FERNANDO VIVAS/GOVBA

qualquer momento. Nos bastidores, o médico é bastante próximo ao governador e tem planos de se candidatar a deputado federal pelo PT nas eleições de 2022.

### OFENSAS

As ofensas contra a chef do restaurante Preta ocorreram durante uma troca de mensagens de texto no último domingo (1º). O ex-titular da Sesab se exaltou com a chef ao encontrar o restaurante fechado, numa excursão ao lado de parentes e amigos, e enviou diversos insultos à profissional via WhatsApp, chamando-a de ‘vagabunda’.

Na segunda-feira (2), uma carta de Angeluci em resposta às ofensas do secretário e explicando as circunstâncias do fechamento do restaurante circulou pelas redes sociais. Em seguida, secretário pediu desculpas “pelos comentários inadequados”, “em circunstâncias injustificáveis”. O restaurante Preta, segundo a proprietária, estava fechado por conta do mau tempo que impedia a travessia da parte continental de Salvador.

Após a exoneração de Vilas-Boas, a chef Angeluci conversou com a coluna Alô Alô Bahia. “No fundo, eu não queria isso, mas tenho minha consciência tranquila. Sempre o tratei bem, como um amigo que visita um outro em uma casa. Sempre o acolhi da melhor forma em todas as vezes que ele foi ao Preta”, revelou.

Ao Alô Alô, Angeluci explicou a razão de ter divulgado as mensagens e a carta. “O mundo mudou, a gente tem que trabalhar a empatia e revelei o que aconteceu não mais por mim, mas por todas as mulheres que já foram de alguma forma assediadas e não tiveram chance de serem ouvidas”, disse a empresária, que mantém uma equipe de 20 funcionários.

Diversas entidades, como a OAB-BA e o Conselho de Turismo da Bahia, divulgaram nota para repudiar a atitude do então secretário.

Até mesmo a base de apoio ao governador aprovou a saída de Vilas-Boas do cargo. Deputada estadual pelo PCdoB e candidata à prefeitura de Salvador nas eleições de 2020, Olívia Santana comentou no Instagram sobre a exoneração do ex-secretário de Saúde.

“O Secretário Fábio Vilas-Boas caiu, após tropeçar no próprio machismo. Fica a lição devida não só pra ele, mas para outros que precisam rever seus valores. A nossa luta provocou mudanças na sociedade. Machismo, racismo e outras discriminações que antes eram toleradas, hoje não são mais, pelo menos por essas bandas”, escreveu Olívia.

# Tribuna

## Raio Laser

### Aprovadas

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) aprovou, em sessão ordinária virtual realizada nesta terça-feira (3), as contas do governador Rui Costa relativas ao exercício do ano de 2020. Com o placar de 5 votos a 1, o colegiado de conselheiros recomendou a aprovação das contas que seguem para apreciação dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Bahia. A relatoria do processo ficou com a conselheira Carolina Matos Alves Costa, que votou recomendando a aprovação das contas, com ressalvas.

Acompanharam a relatora os conselheiros Marcus Presídio, Inaldo Araújo, João Bonfim e Antonio Honorato. Contra a aprovação votou o conselheiro Pedro Lino. Participaram também da sessão o procurador-geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno, e o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado, Tarciso Carvalho.



**Rui Costa**

# Tribuna

## Câmara deve votar reforma administrativa ainda este mês

LUCIANO NASCIMENTO  
AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse hoje (3) ter a expectativa de que o texto da reforma administrativa seja votado no plenário da Casa até o final de agosto. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 tramita em uma comissão especial, que ainda precisa debater e votar o parecer do relator Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), antes de o texto ser votado em plenário.

"Esperamos ter a possibilidade de agora ao final do mês de agosto, pelo que conversávamos com o relator e com o presidente [da comissão, Fernando Monteiro (PP-PE)] de ter acesso a esse texto no plenário", disse Lira durante debate promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o jornal O Estado de São Paulo para debater o tema.

Lira disse ainda que será preciso articulação e habilidade na comissão para cumprir esse calendário antes de votar e remeter o texto para análise do Senado. De acordo com o presidente da Câmara, o calendário para votar a PEC será curto, em razão

das eleições no ano que vem, mas é possível que a proposta possa ser aprovada até novembro pelas duas Casas.

Segundo Lira, depois de novembro, a pauta do Congresso vai girar em torno da aprovação do Orçamento da União para 2022.

O deputado lembrou ainda que após o recesso de final de ano, o debate em torno das eleições vai polarizar o país, dificultando a votação de reformas.

"Temos a obrigação de entregar as matérias estruturantes para o país até novembro, e depois com orçamento, recesso, eleição, fica complicado, pois os interesses políticos se sobressairão", afirmou.

Encaminhada pelo governo federal ao Congresso em setembro do ano passado, a PEC altera disposições constitucionais sobre servidores, empregados públicos e também modifica a organização administrativa do Estado.

Entre outros pontos, a proposta acaba com a estabilidade do servidor público e estabelece cinco novos tipos de vínculos para os novos servidores. Pela proposta, apenas as carreiras típicas de Estado terão a garantia de estabilidade no cargo após um período de experiência.

## Guedes diz que governo não pode pagar precatórios

FABRÍCIO DE CASTRO E  
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS  
O ESTADO DE S.PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo não tem capacidade para o pagamento dos precatórios, valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva na Justiça, programados para 2022. Mas, segundo ele, propor o parcelamento de parte dessas dívidas em até 10 anos não é um calote. "Devo, não nego; pagarei assim que puder", afirmou.

Guedes defendeu a proposta desenhada pelo governo, de em 2022 honrar de imediato apenas os precatórios de até R\$ 66 mil, como antecipou o Estadão. O restante seria parcelado ou utilizado como crédito pelos detentores dos direitos.

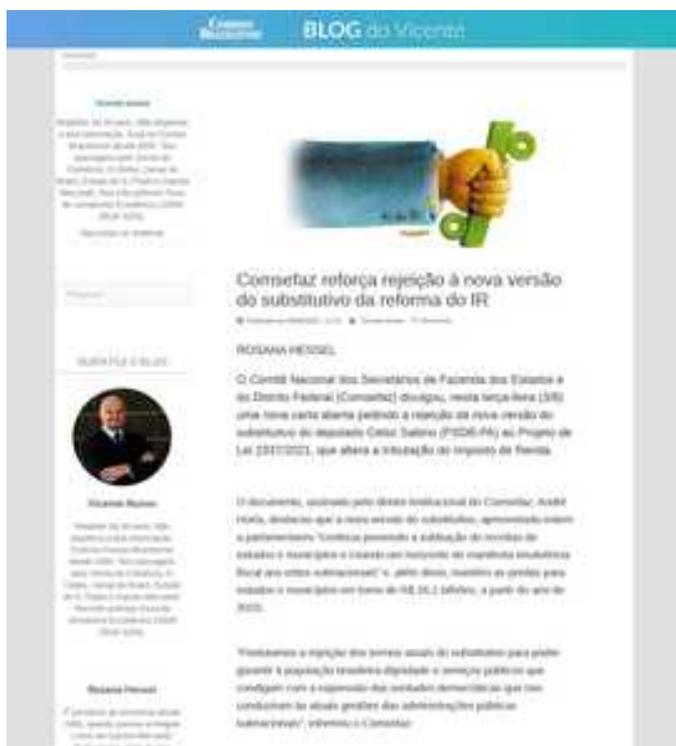
Para precatórios acima desse valor, haverá um regime especial de parcelamento em dez anos, mas a duração é distinta: entre R\$ 66 mil (dez salários mínimos) e R\$ 66 milhões, a regra será transitória e valerá até 2029; para os débitos superiores a R\$ 66 milhões (o "superprecatório", equivalente a mil vezes o salário mínimo), a regra de pagamento em prestações será

permanente.

"Os precatórios até R\$ 66 mil serão pagos integralmente, porque são sentenças de pequeno valor", disse Guedes, em evento promovido pelo Poder 360. Guedes disse que, pelos cálculos dele, o governo fará o pagamento de precatórios de até R\$ 450 mil à vista nos próximos anos. Isso porque, pela proposta, as dívidas de maior valor do que os R\$ 66 mil são quitadas se houver espaço no Orçamento.

O ministro explicou ainda que o governo pedirá ao Congresso uma regra semelhante à vigente em Estados e municípios, que limita o pagamento de sentenças judiciais a um percentual da receita corrente líquida. "Suponhamos que nós tenhamos aí um percentual de 2,5%, percentual que seja fixado da receita corrente líquida que limite os pagamentos anuais, para garantir esta previsibilidade", citou Guedes. "Suponha que dentro dos 2,5% dê para pagar todos os pequenos valores e ainda dê espaço para pagar mais. Então, nós vamos subindo, de maneira ascendente. Então, agora vamos até R\$ 70 mil, até R\$ 100 mil, até R\$ 150 mil, R\$ 200 mil...", disse o ministro.

## Comsefaz reforça rejeição à nova versão do substitutivo da reforma do IR



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ROSANA HESSEL O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) divulgou, nesta terça-feira (3/8) uma nova carta aberta pedindo a rejeição da nova versão do substitutivo do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) ao Projeto de Lei 2337/2021, que altera a tributação do Imposto de Renda.

O documento, assinado pelo diretor-institucional do Comsefaz, André Horta, destacou que a nova versão do substitutivo, apresentada ontem a parlamentares 'continua prevendo a subtração de receitas de estados e municípios e criando um horizonte de manifesta insolvência fiscal aos entes subnacionais' e, além disso, mantém as perdas para estados e municípios em torno de R\$ 26,1 bilhões, a partir do ano de 2023.

'Postulamos a rejeição dos termos atuais do substitutivo

para poder garantir à população brasileira dignidade e serviços públicos que condigam com a expressão das vontades democráticas que nos conduziram às atuais gestões das administrações públicas subnacionais', informou o Comsefaz.

O PL 2.337/2021 está na pauta da sessão plenária da Câmara dos Deputados marcada de hoje e Sabino pretende apresentar uma terceira versão do seu relatório às 12h30 para os líderes durante reunião na residência oficial da presidência da Casa. Para o Comitê, provavelmente, o relator não deverá mudar essa questão das perdas dos entes federativos no terceiro relatório.

Os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal tinham publicado uma carta sugerindo a rejeição integral da primeira versão do substitutivo de Sabino, apresentada em 13 de julho, alegando que a proposta agravava os problemas do federalismo brasileiro, concentrando ainda mais recursos públicos na União 'e sujeitando os entes nacionais a um desequilíbrio fiscal insustentável'.

Na semana passada, o relator esteve reunido com os secretários estaduais de Fazenda, que apontaram a tributação sobre lucros e dividendos como forma de compensar a redução da alíquota do IRPJ de 25% para 20%, que afeta diretamente as receitas de Estados e Municípios porque o IR forma a base do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com os secretários, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é a variável federativa correta para adicionais ajustes que a relatoria por ventura considere necessários e sua receita pertence somente à União, o ente que arrecada mais de dois terços das receitas tributárias do país. Na reunião, Sabino rejeitou a ideia de aumentar a tributação sobre a CSLL, mas garantiu que faria ajustes no texto para que Estados e Municípios não tivessem perdas com a reforma do IR.

De acordo com a carta, o texto apresentado pelo relator ontem apontava o contrário. 'A última versão do substitutivo, ao ceder aos desígnios de grupos de pressão de maior poder de representação, alargou isenções tecnicamente não justificáveis e resultará em redução de **arrecadação** para todos os entes, pondo em xeque o financiamento dos serviços públicos futuros', informou a carta.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/08/2021	Coluna: Economia



## TCE APROVA CONTAS DE RUI RELATIVAS A 2020



3 Agosto, 2021

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) aprovou, em sessão ordinária virtual realizada nesta terça-feira (3), as contas do governador Rui Costa relativas ao exercício do ano de 2020. Com o placar de 5 votos a 1 o colegiado de conselheiros recomendou a aprovação das contas que seguem para apreciação dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Bahia.

A relatoria do processo ficou com a conselheira Carolina Matos Alves Costa, que votou recomendando a aprovação das contas, com ressalvas. Acompanharam a relatora os conselheiros Marcus Presídio, Inaldo Araújo, João Bonfim e Antonio Honorato. Contra a aprovação votou o conselheiro Pedro Lino. Participaram também da sessão o procurador geral do Estado da Bahia, Paulo Moreno, e o procurador geral do Ministério Público de Contas do Estado, Tarciso Carvalho.

Foto: assessoria

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/08/2021	Coluna: Economia



## BAHIA DIZ QUE PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL DE PARCELAR R\$ 8,8 BI EM PRECATÓRIOS É CALOTE



3 Agosto, 2021

O governo federal está propondo parcelar os precatórios de maior volume em 10 anos prejudicando sobremaneira alguns estados do Nordeste. Principais beneficiados com o reconhecimento dos precatórios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef), os Estados da Bahia e de Pernambuco não sinalizam disposição para renegociar o pagamento dos débitos. O governo da Bahia que teria R\$ 8,8 bilhões a receber, afirmou em nota que o não pagamento integral dos valores aos Estados será “mais uma tentativa deste governo de subtrair direitos dos mais pobres”.

O posicionamento do Estado vai de encontro à ideia de parcelamento dos débitos para garantir o teto de gastos, defendida ontem pelo líder do governo no Senado, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). “Se o governo federal pensa em dar calote, que não o faça em cima de recursos destinados aos mais necessitados. Repudiamos mais este gesto do governo que demonstra reiteradamente a sua enorme insensibilidade com a nossa população”.

O governo da Bahia ressaltou ainda que a dívida estabelecida e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) refere-se a pagamentos que o governo federal deixou de fazer, o que incorreu em esforço adicional da administração estadual para assegurar as despesas necessárias na educação.

Pernambuco, que tem R\$ 3,9 bilhões a receber em precatórios relativos ao Fundef e o Ceará com R\$ 2,7 bilhões a receber, se mostram contra o projeto. O Conselho da OAB disse “uma mudança na sistemática de pagamentos dos precatórios representaria uma institucionalização do calote para fins eleitoreiros”. Com informações do Valor Econômico.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/08/2021	Coluna: Economia



## GOVERNO QUER DAR COMPENSAÇÃO FINANCEIRA À EMPRESAS QUE REDUZAM CONSUMO DE ENERGIA



3 Agosto, 2021

O MME (Ministério de Minas e Energia) abriu nesta segunda (2) consulta pública para debater as regras do programa de redução voluntária da demanda de energia elétrica, iniciativa para tentar reduzir o risco de apagões no fim do ano.

É o primeiro plano relacionado à demanda desde que a Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) foi criada, no fim de junho. O foco da câmara em iniciativas de aumento da oferta é visto por alguns especialistas como um sinal de negacionismo do governo no enfrentamento da crise.

O programa de redução voluntária da demanda é voltado apenas a grandes consumidores e prevê o pagamento de compensação financeira a empresas que se disponham a reduzir o consumo por períodos de quatro e de sete horas por dia.

O valor das compensações ainda não foi definido. Segundo portaria divulgada nesta segunda, as empresas interessadas terão de informar ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) quanto podem economizar e quanto desejam receber.

Com base nas ofertas, o operador fará estudos técnicos para subsidiar decisão do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) sobre o aceite das propostas. Os lotes de economia devem ser maiores do que 30 MW (megawatts) médios.

“O objetivo da proposta é viabilizar, sob a ótica da demanda, alternativa que contribua para o aumento da confiabilidade, segurança e continuidade do atendimento eletroenergético aos consumidores do País, buscando sempre os menores custos”, disse o MME.

A portaria do MME define que, se o custo da economia for menor do que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), hoje em seu valor máximo, de R\$ 583,88 por MWh (megawatt-hora), a diferença será retornada ao consumidor via encargos cobrados na conta de luz.

Se for maior, os encargos pagarão a diferença, que posteriormente será rateada por todos os consumidores, hoje já pressionados pela bandeira vermelha nível 2, a mais cara taxa extra cobrada para pagar usinas térmicas.

Com a demora na elaboração do plano, grandes indústrias começaram a buscar um programa de estímulo à economia de luz criado na gestão Michel Temer (MDB), que também dá vantagens financeiras para o deslocamento da produção para fora dos horários de pico de consumo de energia.

Braskem, Gerdau, Cimentos Apodi, Rima, dentre outras companhias intensivas na demanda por luz, já aderiram ao programa. A ideia é contornar a alta contínua do preço da energia causada pela contratação de usinas térmicas.

Na nota técnica em que anunciou o novo programa de redução da demanda, o MME lista uma série de iniciativas já tomadas para enfrentar a crise energética, a maior parte delas com foco no aumento da oferta, como incentivos à contratação de novas térmicas ou à importação de eletricidade.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou de cerimônia de reinauguração da térmica William Arjona, a usina de energia mais cara do país, com custo de R\$ 1.741 por cada MWh (megawat-hora) gerado.

Estudos do ONS, porém, alertam para a possibilidade de esgotamento da potência de energia ao fim do período seco, gerando risco de apagões localizados nos horários de maior demanda, quando a rede de energia demanda uma operação mais intensa das usinas hidrelétricas.

“As estratégias operativas em curso visam à adoção de medidas que garantam a manutenção da governabilidade do SIN [Sistema Interligado Nacional], por meio da operação adequada do parque hidrotérmico e acionamento de recursos adicionais”, diz, na nota técnica, o MME.

## Precatórios: declarações de Guedes aumentam insegurança de investidores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rosana Hessel

O ministro da Economia, Paulo Guedes, continua rasgando os manuais do liberalismo econômico que prometeu seguir quando decidiu ingressar no governo. Ao defender novamente um parcelamento no pagamento de precatórios - dívidas judiciais da União - como moeda de troca para criar o Bolsa Família turbinado, o novo programa social prometido pelo governo Jair Bolsonaro, o chefe da equipe econômica gerou ruídos no mercado, diante do risco de uma nova pedalada fiscal, ou, simplesmente, de um calote federal.

'Devo, não nego, pagarei assim que puder', disse o ministro, durante debate com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, promovido pelo site Poder 360.

De acordo com Guedes, a justificativa para não pagar estaria no alto valor da conta dos precatórios, R\$ 90 bilhões. Segundo ele, no início da década passada, o valor variava entre R\$ 10 bilhões e R\$ 16 bilhões. O número saltou para R\$ 40 bi nos últimos quatro anos. 'Fizemos um cálculo bastante conservador e, mesmo assim, estimamos que pudesse chegar a R\$ 57 bilhões, mas o número extrapolou qualquer possibilidade de reservas e provisões do governo', disse.

A explicação não convenceu o especialista em contas públicas Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (AFI), ligada ao Senado Federal. Para Salto, faltou cautela e mapeamento de risco do governo em relação a essa despesa. 'Os precatórios não começaram a aumentar ontem. Não é propriamente uma surpresa', destacou. 'Despesa determinada pela Justiça se paga. Mexer em regra fiscal ao sabor da conjuntura é temerário.'

O governo tenta ampliar o parcelamento das dívidas previsto na Constituição por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) discutida, na segunda-feira, por Guedes e pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretária de Governo) e João Roma (Cidadania), com os presidentes da Câmara e do Senado Federal, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), respectivamente. Segundo o ministro da Economia, a PEC ainda será apresentada e permitirá, se aprovada, que os precatórios de maior valor sejam pagos com uma entrada de 15% e mais nove parcelas anuais de igual montante, em 10 anos ao todo, portanto. As causas de pequeno valor - até R\$ 66 mil, seriam pagas integral e imediatamente.

'Existem milhões de pequenas causas ganhas contra o Estado brasileiro por cidadãos, e essas, nós estamos preservando o pagamento integral das sentenças. Todas as causas pequenas serão atendidas integralmente e instantaneamente, já vão para o Orçamento e serão preservadas', disse Guedes. Segundo ele, 'não haverá calote'.

No ano passado, durante a discussão do Orçamento deste ano, o então relator, senador Márcio Bittar (PSDB-AC) fez uma proposta parecida para também financiar um programa social, que era chamado pelo parlamentar de Renda Cidadã. Contudo, o assunto foi abandonado, porque gerou o mesmo ruído em relação às pedaladas fiscais - manobras contábeis que abriram espaço para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

'Ao que tudo indica, houve uma melhora na proposta, que, na nossa avaliação, não parece uma pedalada a ponto de gerar uma abertura para um processo de impeachment de Bolsonaro. Mas é inegável que isso cai como uma bomba sobre o mercado, porque aumenta os riscos fiscais. Esse novo programa (Bolsa Família) vai aumentar o peso no Orçamento, é de longo prazo e não há uma receita equivalente para compensá-lo', destacou Lucas Fernandes, coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados.

'Os precatórios não começaram a aumentar ontem. Não é propriamente uma surpresa. Despesa determinada pela Justiça se paga. Mexer em regra fiscal ao sabor da conjuntura é temerário', Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente.

Bolsa oscila e juro sobe

A declaração de Guedes mexeu com os ânimos do mercado, ao jogar lenha na fogueira das preocupações com a situação fiscal, que voltaram ao cenário dos investimentos. 'O Brasil passou por um período de altas expectativas e de inflação mais forte que o esperado, a relação dívida-PIB caiu, e isso havia melhorado a percepção do mercado em relação ao fiscal. Mas, conforme entramos nas pautas da eleição e do orçamento do ano que vem, essa boa percepção vai caindo por terra, devido a várias atitudes e falas na linha populista, que deixam o mercado mais nervoso', explicou Daniel Miraglia, economista do Integral Group.

Para a economista Camila Abdelmalack, da Velha Investimentos, o que tem alimentado a insegurança dos investidores, principalmente estrangeiros, é a falta de capacidade demonstrada pelo governo de gerenciar as contas públicas, além das incertezas sobre como o governo irá cumprir tantas promessas com orçamento programado para o próximo ano. 'A PEC tenta endereçar uma maneira de financiar o gasto corrente que não poderia ser do modo proposto. Isso acaba batendo nas regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tirando credibilidade e clareza aos investidores de que o país está cumprindo o teto de gastos', ressaltou.

### Insegurança

Além da insegurança fiscal sobre os programas do governo ou pagamentos de precatórios, a reforma tributária tem sido uma grande responsável pelos ruídos no mercado, de acordo com Daniel Miraglia. Segundo o economista, desde que foi enviada ao Congresso Nacional, antes do recesso, o texto da reforma aumentou as dúvidas sobre a agenda liberal do governo. 'O mercado entendeu que a reforma é populista e o resultado do populismo é, na maioria das

vezes, juro mais alto, inflação maior e crescimento de longo prazo mais baixo', disse.

Ao admitir que o governo pode não pagar o que deve, mesmo obrigado por decisões judiciais, Guedes fez a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) cair e os juros futuros dos títulos públicos voltarem a subirem.

O Índice Bovespa, principal indicador da B3, chegou a cair 1% logo após a declaração do ministro, encostando nos 120 mil pontos, mas depois reduziu as perdas e voltou para o patamar acima de 122 mil, terminando o dia em alta de 0,87%. Já os juros futuros aumentaram.

De acordo com Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, os juros dos contratos DI para janeiro de 2022 passaram de 6,30% para 6,36% ao ano, e os para 2022 subiram de 7,85% para 7,96%. As taxas anuais dos títulos para janeiro de 2025 aumentaram de 8,79% para 8,91%. 'O fato de Guedes defender essa ideia de parcelamento de precatórios é muito ruim. Por isso, a curva de juros continua esticada', explicou Velho. (RH e FF)

Arthur Lira descarta Bolsa Família de R\$ 400

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que 'não há conversa' para instituir um novo Bolsa Família no valor de R\$ 400, como anunciou o presidente Jair Bolsonaro ontem. Segundo o deputado, o programa social de transferência de renda do governo será gestado por meio de uma medida provisória, e não via Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ao falar sobre a PEC que prevê o parcelamento dos precatórios - dívidas geradas por derrotas judiciais definitivas do governo -, Lira negou que ela sirva para abrir espaço orçamentário para o novo programa. 'Criou-se essa versão de que essa PEC seria votada para que se abrisse valor para criar o Bolsa Família, o Bolsa Verde e Amarela ou Bolsa Brasil de R\$ 400. Não há possibilidade de estourar teto de gastos, a depender da vontade do Legislativo. O Bolsa Família virá por MP própria, dentro do Orçamento, dentro do teto de gastos, com um valor médio planejado em torno de R\$ 300. Isso é o que está sendo comentado', disse ele.

'Não houve essa conversa de R\$ 400, não há essa conversa de Bolsa Família dentro de PEC, não há essa conversa de furar teto de gastos. O novo programa social é justo para os mais pobres, porque em todo esse contencioso da pandemia, inflação, dólar alto, são aqueles que sentem os efeitos da inflação para subsistir. Essa é uma discussão importante, mas dentro do limite, dentro do teto de gastos', garantiu Lira.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse, em entrevista à TV Asa Branca, de Caruaru (PE), que o governo está estudando um aumento de 100% no valor do Bolsa Família, que passaria a ser de cerca de R\$ 400. Diante da crise nas contas públicas e a eventual aprovação da reforma tributária, que pode gerar perda de **arrecadação**, não há garantias de que a União tenha condições de bancar o novo programa.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a citar que havia margem orçamentária para pagamentos de R\$ 250 a R\$ 300, o que custaria, segundo ele, entre R\$ 25 e 30 bilhões. Não houve, por parte dele, menção de um valor maior dos pagamentos.

Ao falar sobre a pauta da Câmara para esta, que é a primeira semana após o recesso, Lira citou a reforma tributária. Ele disse que o projeto já tinha condições para ser aprovado antes do recesso e que o relator da proposta da mudança no Imposto de Renda, Celso Sabino (PSDB-PA), melhorou o parecer em relação à versão original. O texto, segundo ele, deve ser votado ainda esta semana. Sabino entregou um novo parecer ontem.

'(O objetivo) é melhorar o ambiente de negócios, simplificar, desonerar os impostos para pessoas jurídicas para que elas possam gerar emprego, renda, desenvolvimento. É taxar quem ganha mais, que sempre pagou menos nesse país, que pague mais. É fazer com que não haja perda, que a reforma seja neutra, que se afaste essas versões de que os estados e municípios terão prejuízos, porque não terão', completou Lira.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: bahia.ba	
Data: 03/08/2021	Caderno: Economia



## ECONOMIA

Publicado em 03/08/2021 às 18h02.

# Trabalho remoto gerou economia de R\$ 1,4 bilhão no Executivo federal

*Dados mostram que entre março de 2020 e junho de 2021 houve redução de gastos com diárias, passagens, entre outros itens*



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O afastamento dos servidores públicos federais das repartições gerou uma economia de R\$ 1,4 bilhão aos cofres do governo. Divulgados nesta terça-feira (3/8), os dados mostram que entre março de 2020 e junho de 2021 houve redução de gastos com diárias, passagens, despesas com locomoção, energia, fornecimento de água e cópias de documentos.

Os servidores foram afastados do trabalho presencial em março de 2020 por causa da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.

**Veja a economia detalhada:**

Diárias – R\$ 450.240.059

Passagens e despesas com locomoção – R\$ 512.630.210

Serviços de água e esgoto – R\$ 5.947.113

Serviços de cópias e reproduções de documentos – R\$ 57.770.977

Serviços de energia elétrica – R\$ 392.910.132

Atualmente, cerca de 190 mil servidores estão trabalhando de forma remota, o que representa aproximadamente 32% do total de servidores ativos do Executivo federal, que possui 585 mil empregados na ativa.

O governo aprovou os ganhos do teletrabalho e estuda a possibilidade de manutenção de parte desses servidores nesse modelo após a pandemia.

Até o momento, nove órgãos completaram o processo de adesão ao teletrabalho, que inclui a edição de um normativo e a instalação do sistema de gestão. Ao todo, 71 mil servidores estão neste roll.

“O Programa de Gestão aumenta a produtividade e a qualidade das entregas e reduz as despesas de custeio com água, esgoto e energia elétrica, por exemplo. A iniciativa também representa uma mudança de cultura ao substituir controle de frequência por controle de produtividade, o que contribui para aprimorar a qualidade do serviço público”, disse o Ministério da Economia, em nota.

Economia

# Inflação ficou mais desafiadora para o Banco Central, diz economista do BNP Paribas

Para Gustavo Arruda, economista-chefe do banco francês no Brasil, Copom deve elevar a taxa de juros em 1 ponto porcentual nesta quarta-feira, e a previsão é que a Selic termine o ano em 7,5%

Maria Regina Silva, O Estado de S.Paulo

04 de agosto de 2021 | 10h00

A tarefa do **Banco Central (BC)** de controlar a **inflação** em meio a riscos que parecem temporários, mas que estão aparecendo na "hora errada", não deve ser fácil. Assim, a principal mensagem do **Comitê de Política Monetária (Copom)** nesta quarta-feira, 4, deve ser a de que o País está suscetível a choques, mas que é preciso ter confiança institucional de que, assim como a inflação vem, também vai. Essa é a avaliação de **Gustavo Arruda**, economista-chefe do banco francês **BNP Paribas** no Brasil, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*.

Segundo Arruda, a dinâmica da inflação ficou mais desafiadora. Na semana passada, o banco elevou sua projeção para a **Selic**, a taxa básica de **juros**, de 6,50% para 7,50% no fim deste ano. Além de estimar um aumento de 1 ponto porcentual no juro básico nesta quarta-feira, para 5,25%, o BNP Paribas espera outra elevação de 1 ponto em setembro, seguida de aumento de 0,75 ponto em outubro e de 0,50 ponto em dezembro. Para 2022, a expectativa do BNP Paribas para a Selic subiu de 7,5% para 8,5%.

---

**LEIA TAMBÉM**

**Com inflação em alta, mercado vê aumento de 1 ponto na taxa básica de juros**

---

“Tem um monte de coisas ocorrendo que parecem temporárias, mas que estão vindo na hora errada, como as geadas e os reajustes de energia, que pressionam a inflação. Criou-se um ambiente de riscos adicionais. A melhor opção é o BC indicar até onde vai o aumento do juro e passar a informar, deixar mais explícita essa ideia”, diz Arruda. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

**Muitas instituições alteraram as estimativas de alta da Selic para 1 ponto porcentual. Quais sinais reforçam que o Banco Central elevará o juro de 4,25% para 5,25%?**

Acreditamos que dará 1 ponto (de aumento). Algumas coisas aconteceram entre a reunião do Copom de junho e a de agosto que explicam esse movimento. O BC abriu a possibilidade dessa alta. Dificilmente o mercado estaria errado com essa convicção. O ambiente está pior para a inflação agora do que na reunião anterior.

## **Em tese, esta tende a ser uma decisão fácil para o Banco Central?**

É uma situação desconfortável para quem está conduzindo, com o desafio de aterrissar essa inflação. A atividade está melhor do que o esperado. Se por um lado, o crescimento é positivo, é preciso entender as consequências para a inflação. O hiato (do Produto Interno Bruto, a diferença entre o potencial de crescimento da **economia** e o aumento efetivamente verificado) está com jeito de que irá fechar mais rápido, e a vacinação está indo super bem. A economia vai reabrir. A dinâmica da inflação ficou mais desafiadora.

## **Em meio a este desafio de conter as pressões inflacionárias, o BC deve promover um ajuste da Selic maior do que o previsto anteriormente?**

Ficou mais incerto para onde o BC tem de ir e menos claro. Tem um monte de coisas ocorrendo que parecem temporárias, mas que estão vindo na hora errada como as geadas e os reajustes de energia, que pressionam a inflação. Criou-se um ambiente de riscos adicionais. A melhor opção é indicar até onde vai o aumento do juro e passar a informar, deixar mais explícita essa ideia. O discurso sobre a decisão em si poderia ter uma ênfase menor, podendo até tirar do comunicado a parte sobre atingir um nível neutro da taxa de juros (mais alinhada à inflação) e focar na estabilização da inflação no horizonte relevante.

## **Se o Copom promover uma alta menor da Selic, de 0,75 ponto porcentual, por exemplo, a credibilidade seria afetada?**

Se a decisão for de 0,75 ponto porcentual, o mercado ficaria surpreso, o câmbio sofreria, mas não afetaria a credibilidade. O Copom teria de explicar bem o motivo, pois a percepção geral é de que o BC indicou que pode dar um aumento de 1 ponto. Olhando o ambiente de lá para cá [entre a reunião do Copom de junho e a de agora], tudo o que justificaria uma alta de 1 ponto está aí. Só faz sentido acelerar se a percepção do ciclo for maior. Por isso, quando atualizamos as projeções, o entendimento é de que dará alta de 1 ponto. Um ciclo de aumento maior e mais forte é suficiente para manter a inflação ao redor da meta. Se preferir menos, a inflação terá de ser mais alta.

## **Qual deve ser a principal mensagem do Banco Central?**

O importante será a dinâmica daqui para frente. A mensagem é que estamos suscetíveis a choques. É importante ter a confiança institucional de que a inflação vai e volta. O BC tem de garantir que vai voltar. Pelo Focus, vemos que o Banco Central tem feito um bom trabalho, com as expectativas apontando para a meta. Olhando para o ajuste do ano que vem, tem essa confiança institucional.

## **Quais os riscos da variante Delta de coronavírus para a economia?**

Vemos com menos preocupação a disseminação da variante Delta. Os números estão subindo, mas com a percepção de que a vacinação seguirá em bom ritmo e de que dificilmente veremos casos graves. O risco tende a ser menor. Assim como a segunda onda mostrou-se menos complicada, a economia se adaptou. Também com a variante Delta pode ir neste sentido. Não só a economia está mais adaptada como a população está mais vacinada.

## **Como o banco vê o câmbio?**

A percepção é de que estruturalmente tem espaço para apreciação do real, com o dólar abaixo de R\$ 5,00, mas é sempre passível de volatilidade. Com o juro subindo, acaba sendo um elemento importante para essa valorização. Mas importante do que a perspectiva de alta de juros é o juro que será mesmo entregue, que tem mais impacto na dinâmica do câmbio. A alta de juros e os fundamentos, com commodities se valorizando, propiciam cenário de apreciação cambial. Prevemos R\$ 4,75 para o câmbio no final deste ano e R\$ 4,5 ao término de 2022.

## **Como avalia os riscos fiscais atuais?**

A percepção geral era a de que o Orçamento do ano que vem tinha uma folga grande. Só que com a inflação para cima, esse espaço tem diminuído. Importante é entender a dinâmica institucional. É importante que o debate sobre o cumprimento do teto de gastos seja levado muito a sério. Há um desafio estrutural de décadas pela frente de ajuste fiscal. O fato é que a dívida é muito alta. O governo precisa descobrir como pagá-la. Esse será um tema importante no ano que vem, com a eleição.

## NOTÍCIAS RELACIONADAS

Com inflação em alta, mercado vê aumento de 1 ponto na taxa básica de juros

Diretor do BC diz que atual momento é perigoso para a inflação, com retomada no consumo de serviços

Copom deve acelerar o aperto monetário para manter a expectativa de inflação de 2022 inalterada

Affonso Celso Pastore: Ancoragem das expectativas

Tudo o que sabemos sobre:

Banco Central do Brasil

Copom [Comitê de Política Monetária]

Selic [Sistema Especial de Liquidação e Custódia]

juros

economia

inflação

Encontrou algum erro? Entre em contato

## DESTAQUES EM *ECONOMIA*



**Petrobras vai suspender fornecimento de gás natural para distribuidoras do Nordeste em 2022**



**Relator retira 'facada' de 30% do Sistema S para bancar novo programa de emprego**



**China suspende importação de carne de unidade da BRF no Mato Grosso, sem notificar empresa**

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

# Mercado vê risco fiscal após proposta de Guedes para parcelar precatórios

Ao defender o parcelamento de dívidas da União já definidas pela Justiça, ministro deixa investidores e analistas ainda mais apreensivos com a pressão que as ambições eleitorais de Bolsonaro vêm exercendo sobre o teto de gastos

Fabrcio de Castro e Francisco Carlos de Assis, O Estado de S.Paulo

04 de agosto de 2021 | 05h00

Atualizado 04 de agosto de 2021 | 07h42

## Conteúdo Completo

^ FECHAR

> Mercado vê risco fiscal após proposta de Guedes para parcelar precatórios

Estados articulam ofensiva para barrar proposta de parcelamento de precatórios

BRASÍLIA e SÃO PAULO - Para defender o pagamento parcelado e refutar a percepção de calote nos **precatórios** – valores devidos após sentença definitiva na Justiça –, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, usou na terça-feira, 3, uma expressão popular. “**Devo, não nego; pagarei assim que puder**”, disse. As palavras, em vez de acalmar investidores, ampliaram os temores, e o **dólar** subiu 0,53%.

Guedes defendeu a proposta desenhada pelo governo, **de honrar de imediato apenas os precatórios de até R\$ 66 mil**, como antecipou o **Estadão**.

## LEIA TAMBÉM



Guedes sobre precatórios: 'Devo, não nego; pagarei assim que puder'

PUBLICIDADE

A ideia é criar uma regra transitória até 2029 que vai atrelar o pagamento dessas dívidas. No total, tudo terá de ficar limitado a 2,6% da receita corrente líquida. Sempre que ultrapassar esse percentual, os precatórios até 60 salários mínimos ficarão a salvo de parcelamento (R\$ 66 mil), mas os maiores poderão ser pagos em prestação. Em 2022 isso atingiria aqueles acima de R\$ 455 mil.

Os precatórios superiores a R\$ 66 milhões entrariam numa regra permanente: já nasceriam parcelados em até 10 anos, sendo 15% do total no primeiro ano.

# Ritmo acelerado

Despesas com precatórios tiveram escalada nos últimos anos e podem comprometer teto de gastos em 2022

EM BILHÕES DE REAIS

\*Previsão no Orçamento de 2021; \*\*Até junho

## Valor precatórios

Fonte: Tesouro Nacional



## Raio X

TIPO DE PRECATÓRIO	VALOR PAGO	
	EM 2020	EM 2021*
Previdência urbana	15,946	12,733
Previdência rural	3,920	3,341
Pessoal	6,418	7,686
Assistência	1,286	0,853
Custeio e capital	22,876	17,427

A fala do ministro reavivou os temores de deterioração das contas públicas. Os receios dos investidores são alimentados pelo debate sobre o pagamento de precatórios e sobre o reajuste do **Bolsa Família** – sob a perspectiva de o governo rever o teto de gastos, com ambições eleitorais. Ambas as discussões pautaram os negócios no mercado de câmbio no pregão de terça-feira, em mais um dia de volatilidade. Na maior parte do pregão, a moeda operou acima de R\$ 5,20, chegou a R\$ 5,2746 e fechou o dia a R\$ 5,1927.

“No momento, vivemos ainda **auxílio emergencial** mais baixo, mas estamos aqui ultimando esforços e estudos no sentido de dar aumento de, no mínimo, 50% para o Bolsa Família, podendo chegar até 100% em média”, prometeu nesta terça o presidente **Jair Bolsonaro**, em entrevista à TV Asa Branca, de Pernambuco. Hoje, o valor médio do Bolsa Família é de R\$ 190.

Em relatório assinado pelos economistas **Fabio Ramos** e **Alexandre de Azara**, do **UBS BB**, a instituição observa que o “debate sobre o **Orçamento** para 2022 começou no **Brasil** e, apesar da desaceleração da pandemia e de menos ruído político, a discussão sobre desembolsos em ano eleitoral está ficando mais quente, rapidamente”.

O texto chama a atenção para a “surpresa negativa que caiu em nosso colo”, **quando Guedes comparou a um “meteoro” a possibilidade de um grande aumento de desembolsos para saldar precatórios**, de cerca de R\$ 90 bilhões em 2022, ante projeção de R\$ 45 bilhões se mantido o ritmo de anos anteriores.

Para **Alexandre Netto, da Acqua-Vero Investimentos**, o encaminhamento da questão dos precatórios e o desejo de aumento do Bolsa Família acima do que permite o teto atual passam a sensação de um governo “displicente” com a questão fiscal. E o risco de deterioração das contas públicas deve aumentar cada vez mais, à medida que se aproximam as eleições de 2022. “Bolsonaro parece disposto a sacrificar o fiscal se for para garantir a sua reeleição, enquanto **Lula** já disse que vai acabar com o teto de gastos. Isso tudo pressiona a moeda”, diz.

O **diretor da NGO Corretora de Câmbio, Sidnei Nehme**, diz que os “sinais internos sugerem que a cena política fará os fundamentos econômicos sucumbirem”, o que aumenta a volatilidade e impede que a taxa de câmbio vá para um nível compatível com os juros internos.

## Mudança de regras

De acordo com a assessoria do Ministério da Economia, do total de 264.717 precatórios a serem pagos em 2022, 8.818 seriam parcelados (os acima de R\$ 455 mil) caso a proposta com essas regras seja aprovada, o que representa 3% do total. Juntos, representam 63,3% do valor total devido pela União.

A expectativa do governo é que a mudança resulte em economia de R\$ 41,5 bilhões. /**LUÍS EDUARDO LEAL, ANTONIO PEREZ E MAIARA SANTIAGO**

VERA  
MAGALHÃESblogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes  
vera\_mag@uol.com.brA reforma  
vale-tudo de Lira

**P**olítica quase nunca é feita de boas intenções. Ela é praticada em bases bem mais pragmáticas que isso. A falta de apoio do Congresso à obsessão de Jair Bolsonaro pelo voto impresso, portanto, não se deve a nenhuma consciência por parte dos parlamentares de que é preciso zelar pela democracia, mas ao fato de eles considerarem essa cruzada uma bobagem e saberem que a urna eletrônica é segura — afinal, foram eleitos por ela.

Assim sendo, melhor gastar tempo, energia e conchavos com as próprias prioridades, em vez de se engajar na de Bolsonaro.

Eis que no minuto 1 da volta do recesso se materializa na Câmara, pronto para ser enfiado goela abaixo da sociedade, um calhamaço de mais de 900 artigos revogando toda a legislação eleitoral e, sob o pretexto de unificar tudo num Código Eleitoral, aproveitando para passar um tratoço na fiscalização do uso de dinheiro público para campanhas e para o custeio dos partidos e para censurar as pesquisas, entre outras atrocidades.

O projeto patrocinado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e assinado por uma correligionária, a deputada Margarete Coelho (PP-PI), é mais um exemplo de um expediente que vai se tornando corriqueiro na Câmara sob o comando do deputado alagoano: os projetos surgem do nada e são rapidamente votados, para que não dê tempo de a imprensa denunciar todos os seus aspectos e de a sociedade se articular.

É, também, uma mostra de por que Lira se mantém impávido segurando qualquer pedido de impeachment de Bolsonaro, não importa o que ele faça: ele já comanda uma fatia expressiva do Orçamento, colocou dois aliados no Planalto e vai aprovando medidas (fundão eleitoral, mudança na lei de improbidade administrativa e, agora, o Código Eleitoral do vale-tudo) de sua agenda pessoal sem ser importunado pelo Executivo. Manda na pauta da Câmara, a despeito do gasto sem precedentes feito pelo governo Bolsonaro (e o fim da mamata?) com agrados ao Centrão.

A reforma na legislação eleitoral proposta pela portavoz de Lira usa do mesmo negacionismo propalado por Bolsonaro em relação às urnas eletrônicas para censurar a divulgação de pesquisas às vésperas do pleito. Quer que institutos divulguem uma tabela de acertos (!) em levantamentos anteriores, ignorando a obviedade

**Projetos surgem do nada e são rapidamente votados, para que não dê tempo de a imprensa denunciar todos os seus aspectos**

de estatística de que pesquisas são fluidas, mostram tendências e que, principalmente no Brasil, algumas eleições apresentam curvas que se modificam às vésperas das eleições.

Em relação aos gastos dos cada vez mais fornidos fundos públicos, o partidário e o eleitoral, a regra na reforma de Lira é o libera geral: até transporte de eleitor passará a ser passível apenas de multa.

Mecanismos para garantir equidade na distribuição desses mesmos recursos, como a determinação de que mulheres e negros sejam contemplados de forma proporcional, vão para as cucuias.

A Justiça Eleitoral perderá mecanismos para aprovar resoluções que disciplinem as eleições e terá menos tempo para analisar prestações de contas de campanha. E ainda cabe muita bizarrice em 372 páginas feitas sob medida para perpetuar os mesmos, graças a muito dinheiro público, e para impedir renovação de fato na política.

A presença de Arthur Lira no comando da Câmara é um desses legados deletérios do bolsonarismo para as instituições. Sob seu comando, ainda que haja soluções pragmáticos, como a reação às ameaças de Braga Netto ou o enterro da PEC do voto impresso, eles sempre se darão sob a lógica de que há outra agenda, igualmente contrária ao interesse público e ao aprimoramento do processo democrático, à espreita.

Fobre do país que tem de se fiar num Congresso comandado por interesses desse tipo para (quem sabe) frear os pendores golpistas de um presidente da República disposto a tudo para se manter no poder.



CADERNÃO DE FÉRIAS 2021



Lembrança. Fila para receber o Bolsa Família durante a pandemia; governo pretende rebatizar nova versão do programa para Auxílio Brasil, com o objetivo de fazer referência ao auxílio emergencial

## VITRINE ELEITORAL COM IMPACTO FISCAL

## AUXÍLIO BRASIL

## Bolsonaro já fala em Bolsa Família, que deve ter novo nome, de quase R\$ 400

DANIEL GULLINO, JUSSARA SOARES, MANOEL VENTURA, NATÁLIA PORTINARI E CÁSSIA ALMEIDA  
 aconformado@oglobo.com.br  
 04/08/2021

Um dia depois de o Ministério da Economia apresentar aos presidentes da Câmara e do Senado uma proposta que parcela dívidas judiciais em nove anos para custear o novo Bolsa Família, o presidente Jair Bolsonaro indicou que pretende gastar ainda mais com o programa. Bolsonaro afirmou que pode dobrar o valor pago no programa social, ou seja, passar dos atuais R\$ 192 para uma

cifra mais próxima dos R\$ 400. A mudança, que tem impacto fiscal bilionário, foi mencionada sem consulta prévia às pastas diretamente envolvidas no debate, as da Economia e da Cidadania, e pegou técnicos de surpresa.

— Estamos aqui ultimando esforços e estudos no sentido de dar um aumento de no mínimo 50% para o Bolsa Família, podendo chegar a até 100% em média. Com isso daí, além de atendermos a população, a gente prepara o Brasil para voltar à normalidade — disse Bolsonaro, em entrevista à TV Asa Branca, de Pernambuco.

O novo Bolsa Família se converteu em um vitrine eleitoral para Bolsonaro em 2022. Além do aumento no valor do benefício, o governo quer ampliar o universo de pessoas atendidas — passando dos atuais 14 milhões para 17 milhões de beneficiários.

## IMPACTO DE ATÉ R\$ 24 BI

Segundo fontes envolvidas na discussão, o programa social deve ser rebatizado de Auxílio Brasil, um nome que já foi apresentado ao presidente e que remete o eleitor ao auxílio emergencial, criado pelo governo para ajudar os informais a atravessarem a pandemia.

Até então, o Ministério da Economia vinha buscando alternativas para viabilizar o pagamento de um benefício de até R\$ 300. O governo estimava que o custo total do programa com esse valor chegaria a R\$ 56 bilhões em 2022.

O problema é que o aumento dos gastos com precatórios, sentenças judiciais das quais a União não pode mais recorrer, engoliu a folga fiscal que viabilizaria o programa mais robusto no próximo ano. Foi daí que surgiu a proposta de parcelar as dívidas para não descumprir o teto de gastos, regra fiscal que limita o crescimento das despesas públicas.

Segundo cálculos de Margarida Gutierrez, especialista em contas públicas da Coppead/UFRJ, e Fábio Klein, da consultoria Tendências, elevar o benefício para R\$ 400 aumentaria o custo total do programa para um montante entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões e estouraria o teto de gastos, regra fiscal que é referência dos investidores.

## LIRA NEGA HIPÓTESE DE R\$ 400

Ou seja, no cenário mais otimista, o custo seria R\$ 14 bilhões acima do que já havia sido previsto. E no mais pessimista, ultrapassaria em R\$ 24 bilhões.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou a hipótese de pagamento do benefício de R\$ 400. Segundo ele, o novo programa virá por meio de medida provisória (MP), dentro do Orçamento e do teto de gastos. A MP deve ser assinada pelo presidente até o fim desta semana.

— Queria reafirmar que não há a possibilidade de se estourar o teto de gastos no Brasil a depender da vontade do Legislativo — disse. — O Bolsa Família virá por MP própria dentro do Orçamento, dentro do teto de gastos, com valor médio planejado em torno de R\$ 300. Isso é o que vem sendo comentado. De uma vez por todas, tenhamos calma nesses momentos em que muitas vezes a polarização e as discussões entre poderes afloram de maneira mais efusiva, e aqui no Legislativo teremos tranquilidade como sempre tivemos para manter as coisas como sempre foram. Não houve conversa de R\$ 400.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, um Bolsa Família (ou Auxílio Brasil) de R\$ 400 é um “chamariz político claro”, que não traz avanços em relação ao programa atual.

— Esse valor só veio subindo ao longo dos meses. A propaganda de um valor maior se alastra como rastro de pólvora. Agora, se o desenho é bom, adequado, setem portas de saída, isso é secundário.

Para o cientista político do Inspier, Carlos Melo, mesmo que fosse posto em prática, um novo programa nestes termos poderia não surtir efeito de popularidade comparável ao do auxílio no ano passado.

— Mesmo sendo R\$ 400, isso não terá o mesmo efeito que os R\$ 600 do auxílio emergencial. O presidente tem duas cartas na manga: a vacinação e o gasto público. Está dobrando a aposta no gasto público.

Por outro lado, a proposta de parcelar dívidas judiciais prevê a criação de um fundo que será abastecido com recursos de privatizações e receitas como recursos do pré-sal. O dinheiro aportado nele poderia ser usado para pagar um “bônus” a beneficiários do Bolsa Família, uma transferência de renda variável, eventual e acima da mensalidade do programa. O benefício seria pago fora do teto de gastos e dependeria das privatizações e de outras receitas extraordinárias.

“Estamos ultimando esforços e estudos no sentido de dar um aumento de no mínimo 50%, podendo chegar a até 100% em média”

Jair Bolsonaro, presidente, sobre o novo Bolsa Família

“Queria reafirmar que não há a possibilidade de se estourar o teto de gastos no Brasil a depender da vontade do Legislativo”

Arthur Lira, presidente da Câmara, sobre o impacto do programa

“Devo, não nego; pagarei assim que puder. Não haverá calote”

Paulo Guedes, ministro, sobre parcelamento de precatórios

ZEINA  
LATIF

oglobo.com.br/economia  
economia@oglobo.com.br

## Mudança de marcha

A surpreendente recuperação da economia mundial decorreu, em grande medida, da reação rápida e contundente de governos e bancos centrais com medidas de socorro e estímulo. Excessos na política econômica, porém, costumam carregar consigo sementes de instabilidade. Assim, é recomendável que os países corrijam oportunamente a deterioração das contas públicas e desmontem as medidas de expansão de liquidez e crédito — tema já em discussão em alguns BCs —, sob pena de alimentarem a inflação e a formação de bolhas em preços de ativos. Nesse caso, a correção de rumos seria ainda mais custosa. Saber suspender a medicação é quase tão im-

portante quanto saber prescrevê-la.

As altas recentes da inflação mundial decorrem, provavelmente, de excessos nas políticas de estímulo — ainda que a descontinuidade de cadeias produtivas cobre seu preço, por exemplo ao afetar o suprimento de insumos. A elevação de preços de commodities agrícolas e da inflação de alimentos no mundo estaria associada ao aumento do consumo das famílias em muitas nações. Foi o caso brasileiro em 2020, como resposta ao auxílio emergencial —meritório, mas mal calibrado.

O quadro atual é distinto daquele da crise global de 2008-09, quando a inflação não disparou. Além de as medidas de estímulos serem significativamente maiores agora, há importante foco em indivíduos e empresas, inclusive naquelas de menor porte; enquanto na crise anterior, os recursos foram direcionados para evitar quebraadeiras no sistema financeiro e estimular o investimento produtivo, notadamente em infraestrutura, não gerando o mesmo impacto no consumo. Crises diferentes demandando respostas diferentes, mas com certo exagero agora.

A retirada dos estímulos será provavelmente bastante lenta, tendo em vista as taxas de desemprego ainda elevadas e os riscos remanescentes da pandemia. Isso não será algo necessariamente bom, pois poderá resultar em inflação teimosa e pressão so-

bre as taxas de juros no futuro.

Há mais razões para cautela quanto ao ritmo de crescimento mundial daqui para frente. Não se pode confundir a volta cíclica da economia, decorrente de condições excepcionais —ou seja, que não se repetirão—, com a capacidade ou o potencial de crescimento de longo prazo. Apesar de ganhos de produtividade decorrentes do avanço no uso de automação e

**Além do baixo potencial de crescimento, o ativismo da política fiscal é maior aqui e os riscos fiscais aumentam**

tecnologias digitais (capital intangível), não parece seguro afirmar que o mundo sairá melhor da crise do que entrou —fora o aumento das desigualdades. Primeiro, as mudanças tecnológicas demandam capacidade de adaptação de indivíduos e empresas, e requerem a realocação de fatores de produção entre segmentos da economia, algo desafiador. Por exemplo, não é fácil deslocar um trabalhador de baixa qualificação de uma empresa que fechou para um serviço digital ou de tecnologia. Segundo, as políticas públicas socorreram a todos, inclusive empresas ineficientes, ou as chamadas empresas zumbis; ação compreensível em meio ao furacão da pandemia, mas com consequências negativas para a produtividade das economias. Terceiro, a promoção da abertura comercial

dos países —principal motor de inovações e ganhos de produtividade— tem sido deixada de lado. Discutem-se compromissos ambientais dos governos, mas não a eliminação de barreiras ao comércio.

Há alguns sinais de perda de ritmo da economia mundial nos últimos meses, mesmo com o avanço da vacinação —na variação anual, os números são inflados por conta da base de comparação deprimida. Nota-se uma acomodação no comércio e na produção industrial mundial, bem como a desaceleração na China. Podem já ser os sinais de limites ao crescimento, por restrições estruturais e pelas próprias consequências das medidas anticíclicas. É improvável que a perda de fôlego decorra apenas da variante delta.

Seguindo os ventos externos, a economia brasileira também desacelera, mas com agravantes. Além do baixo potencial de crescimento, o ativismo da política fiscal é maior aqui e os riscos fiscais aumentam a cada dia. O exemplo mais recente é a discussão sobre parcelamento de precatórios e sua retirada do teto de gastos. Lembra o governo Dilma quando se buscava a reeleição. Esvai-se a disciplina e a previsibilidade da política fiscal, colocando mais peso nos ombros do BC para trazer a inflação de volta à meta.

O mundo muda a marcha. Nós também, mas acionamos a marcha à ré.

# Estados pedem rejeição da reforma tributária

Mesmo depois das alterações propostas pelo relator ao texto do governo federal, como aumento nos impostos sobre o setor de mineração, secretários de Fazenda alegam que a proposta vai gerar perdas de R\$ 26 bilhões

GERALDA DOCA, FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA E ELIANE OLIVEIRA  
economista@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Apesar das concessões feitas pelo relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) divulgou ontem uma carta pedindo a rejeição do texto. A posição dos estados se manteve mesmo após o relator ter sugerido aumento da alíquota dos tributos sobre mineração para garantir mais recursos para os governos locais, como compensação adicional à proposta.

Pela manhã, o comitê informou que a proposta da reforma geraria perdas de R\$ 26,1 bilhões por ano para estados e municípios a partir de 2023. Os cálculos não foram atualizados após a estratégia de ampliar a alíquota do CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos mine-

rais), paga por mineradoras. Os secretários de Fazenda avaliaram que a mudança nos impostos cobrados da mineração, que ficará todo com os entes federados, terá impacto insignificante nas receitas de estados e municípios.

Sabino não apresentou o impacto global da mudança, indicando apenas que seu estado, o Pará, maior produtor mineral do país, teria um ganho de R\$ 1,8 bilhão com a nova alíquota proposta.

## GOVERNADORES NA BATALHA

Segundo interlocutores, a nova estratégia do grupo será a entrada dos próprios governadores na discussão. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) prepara um ofensiva ao relatório e deverá divulgar amanhã uma nota com os efeitos da reforma, caso ela seja aprovada, abrindo os números por municípios.

A iniciativa privada também se posicionou contra o texto do relator. A Associação Brasi-



**Esforço.** As alterações feitas pelo deputado Celso Sabino não foram suficientes para agradar aos estados e municípios

leira das Companhias Abertas (Abrasca), que representa 85% do valor de mercado das empresas da Bolsa, a B3, avalia que o relatório não ajuda na retomada dos investimentos, produção e empregos no país.

A principal causa da perda alegada por estados decorre de isenções fiscais, como o limite de R\$ 20 mil para taxação de dividendos e a retirada das empresas do Simples da proposta. Pressionado por go-

vernadores, o relator já havia atrelado a queda no tributo ao aumento real na arrecadação (acima da inflação).

Contudo, os secretários de Fazenda alegam que atrelar o corte do IR à arrecadação não

seria a melhor alternativa. Afirmam que a carga tributária é referenciada pelo Produto Interno Bruto (PIB) e não pelo índice de preços e que o melhor seria mexer na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cuja receita pertence à União. O governo não quer mexer na CSLL, que tem alíquota de 9%, porque isso aumentaria o rombo da Seguridade Social.

Olíder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que a prioridade na semana é votar a proposta de regularização fundiária e a privatização dos Correios. Caso não seja possível, a ideia é pautar o texto da reforma tributária.

O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), defendeu o texto de Sabino.

—Nosso objetivo aqui não é fazer pegadinha, não é prejudicar segmento nenhum, nem público, nem privado, nem ente federativo — disse ele, que prometeu aprovar a reforma administrativa ainda este mês.

# E agora, BRASIL?

O GLOBO

CNC • Federações  
— Sistema Comércio —

## O PESO DOS IMPOSTOS NA PRODUTIVIDADE

Para executivos e especialistas, aprovação da reforma tributária é crucial para a retomada da atividade econômica, reduzindo custos de investimentos e contratações e aumentando a segurança jurídica

A retomada da economia no pós-Covid passa pelo avanço da simplificação e desburocratização de normas do sistema tributário brasileiro. É o que apontam executivos e economistas que participaram, na última segunda-feira, do seminário E agora, Brasil?.

A tramitação da reforma tributária no Congresso é considerada parte importante para o processo de reversão da crise, pois impacta a produtividade das empresas e, conseqüentemente, a geração de vagas.

A primeira fase da reforma prevê a unificação de impostos, mas está parada no Congresso. Antes mesmo de conseguir aprová-la, o Executivo encaminhou a segunda fase da reforma neste ano. Esta prevê mudanças no Imposto de Renda (IR) tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas.

A colunista do GLOBO e consultora econômica Zeina Latif, lembra que o Congresso aprovou a Reforma da Previdência em 2019 e avalia que a discussão que hoje ocorre sobre o sistema tributário se faz com o atraso.

### TRAVA AO CRESCIMENTO

Na sua avaliação, o debate sobre o tema deveria ter sido priorizado na agenda de reformas, dado o tamanho do impacto sobre a economia.

— Perdeu-se o timing e já estamos discutindo o pacote focado no Imposto de Renda, que não era a prioridade. No Brasil, não há dúvida que a questão tributária é hoje um dos principais fatores, junto com a grande insegurança jurídica e a falta de capital humano, que

amarram nosso crescimento — afirmou Zeina.

Ela não vê espaço relevante para a redução da carga tributária nas discussões atuais. Em 2020, a carga tributária estava em 31,64% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país). Nos últimos dez anos, a parcela de impostos sobre o PIB sempre esteve acima de 30%, segundo dados do Tesouro Nacional.

Por isso, reduzir a complexidade do sistema e eliminar distorções já seria favorável para aumento de produtividade e geração de empregos, diz a economista:

— Temos boa parte da insegurança jurídica do país associada à questão tributária.

De acordo com a Secretaria de Política Econômica, as disputas relacionadas ao PIS/Cofins respondem por 36,6% dos processos na Justiça que envolvem impostos.

Estudo do Inspier, citado pela economista no evento, estima que o contencioso tributário no país, incluindo somente as disputas com origem nas cobranças da Receita Federal, ultrapassa R\$ 5,4 trilhões, o que equivale a 75% do PIB.

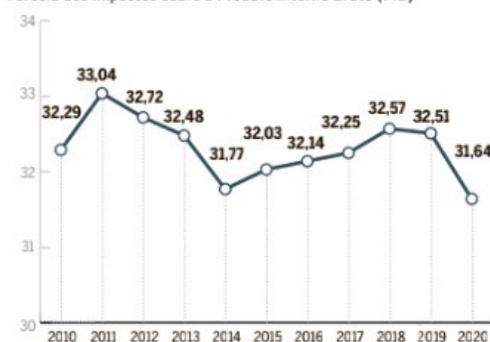
— Isso não tem qualquer paralelo com a experiência mundial. Uma empresa tem que ter um exército de profissionais para acompanhar as mudanças de legislação, que às vezes têm efeitos retroativos, e nunca tem certeza se está pagando e recolhendo corretamente. É uma ineficiência enorme.

Para as companhias, o sistema tributário complexo é um dos elementos que pesam contra as decisões de investimento e de organiza-

### NÚMEROS DA ECONOMIA BRASILEIRA

#### Carga tributária (%)

Parcela dos impostos sobre o Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

#### Evolução do PIB trimestral (%) (frente ao trimestre anterior)



O mercado espera que o PIB cresça 5,3% neste ano

Fontes: IBGE e Boletim Focus, do Banco Central

ção dos negócios, o que faz com que produzam de forma menos eficiente.

Lorival Luz, CEO global da BRF, destaca que o "emaranhado da estrutura tributária" do país faz as empresas gastarem mais tempo para compreender a complexidade do sistema de impostos. Isso resulta em mais custos e perda de competitividade

— Você precisa de um exército de pessoas nessas áreas, e isso leva à perda de competitividade no mercado externo porque temos um custo que

outros países não têm. E não tem milagre. Esse custo chega ao produto final e isso impacta o consumidor, impacta todo mundo.

Ele continua:

— É muito simples hoje chegar para as empresas e mandar um auto de infração. A empresa que se vire para contratar especialistas, laudos, pareceres e agrega um baita de um custo. Além disso, existe uma invasão, um excesso, diria até um abuso. Mandam autos de infração para minha casa. Eu recebo pilhas de discussão

### DESEMPENHO FRENTE AO MÊS ANTERIOR (%)

#### Da indústria

▶ No ano, a produção industrial avançou 13,1% e, nos últimos 12 meses, 4,9%



#### Do comércio

▶ No ano, o comércio varejista cresceu 6,8% e, nos últimos 12 meses, 5,4%



#### Dos serviços

▶ No ano, a expansão dos serviços está em 7,3% e, nos últimos 12 meses, ainda está em queda de 2,2%



Editoria de Arte

de regras, enviam CDs de normas, e não é possível abrir tudo isso, é claro.

### 25 MIL AÇÕES TRABALHISTAS

O executivo pondera que houve um avanço após a reforma trabalhista, com queda no número de ações na Justiça. No entanto, há um estoque de processos. Com cerca de cem mil funcionários, a BRF tem 25 mil ações trabalhistas, diz o executivo.

— Isso demora um tempo até que se extingam todas elas. Mas a mudança foi perceptível, foi extremamente

positiva. São etapas. Se acontecesse a mesma coisa na parte tributária, também seria um avanço.

Luz ressalta ainda que, dado o tamanho da discussão que envolve a reforma tributária, qualquer avanço já teria efeitos relevantes:

— No dito popular, quem tudo quer nada tem. Temos que ir passo a passo, como feito na trabalhista. O número de ações e ingressos já reduziu. Daqui a um ano, dá-se um novo passo. Essas condições aumentam as oportunidades de trabalho.

Veículo: G1	
Data: 03/08/2021	Caderno: Economia



## Relator condiciona parte do corte do Imposto de Renda de empresas a aumento de arrecadação

*Mecanismo foi incluído para evitar perda de receita para estados e municípios, diz deputado Celso Sabino. Secretários estaduais de Fazenda dizem que medida não resolve o problema.*

Por Jéssica Sant'Ana e Luiz Felipe Barbiéri, G1 — Brasília

03/08/2021 15h17 Atualizado há 17 horas

O relator na Câmara dos Deputados da reforma tributária do Imposto de Renda (IR) e investimentos, deputado Celso Sabino (PSDB-BA), apresentou nesta terça-feira (3) um novo parecer a respeito do texto enviado pelo governo em junho.

Na nova versão, Sabino atrelou parte da redução da alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) à expectativa de alta na arrecadação. O motivo, diz o parlamentar, é reduzir o impacto na arrecadação de estados e municípios.

O saldo da reforma tributária já encaminhada pelo governo é uma perda líquida bilionária de arrecadação, com impacto principalmente nos governos locais.

O relatório preliminar de Sabino, apresentado no início de julho, previa uma queda de 12,5 pontos percentuais na alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) em dois anos, sendo 10 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023.

Agora, na nova versão do parecer, a **redução em 2022** será feita da seguinte forma:

- **redução imediata de 7,5 pontos percentuais** do IR das empresas;
- **queda de mais 2,5 pontos percentuais condicionada** a uma alta na arrecadação até outubro deste ano.

O "gatilho" para esses 2,5 pontos percentuais será ativado se a arrecadação acumulada nos 12 meses até outubro de 2021 superar a arrecadação nos 12 meses anteriores a outubro de 2019, corrigida pelo IPCA.

**Para 2023, há um novo gatilho.** A alíquota será **reduzida em mais 2,5 pontos percentuais** se a arrecadação nos 12 meses até outubro de 2022 for menor que a dos 12 meses anteriores (novembro de 2020 a outubro de 2021), corrigida pela inflação.

Se todas essas condições forem atendidas, o relatório prevê que a queda do imposto atinja os prometidos 12,5 pontos percentuais em 2023.

No fim de julho, Celso Sabino detalhou outros trechos da proposta em entrevista à GloboNews. *Veja no vídeo abaixo:*



Dividendos das empresas do Simples seguirão isentos na reforma do Imposto de Renda, diz relator

### ***Impactos na arrecadação***

O relator incluiu essa condicionante devido às **reclamações dos estados e municípios, que revelaram que a perda líquida de arrecadação da reforma será custeada quase que integralmente pelos governos locais.**

Isso acontecerá porque os principais fundos de transferências da União para estados e municípios (FPE e FPM, respectivamente) são compostos com a arrecadação federal de IRPJ.

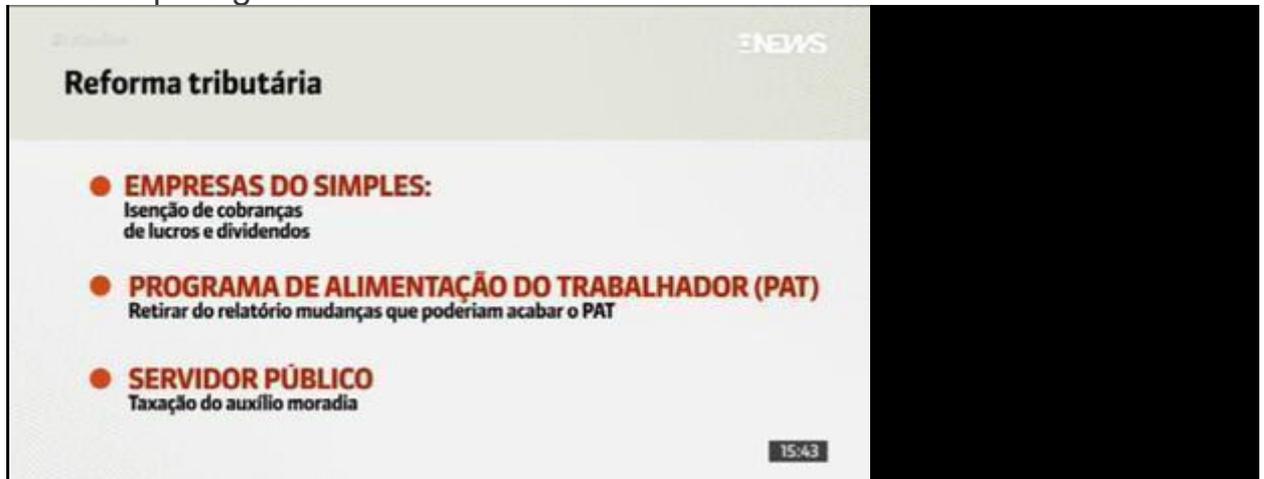
O mecanismo proposto por Celso Sabino não foi bem aceito pelos governos locais.

O Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) calculou que, **mesmo com o “gatilho” criado pelo relator, estados e municípios terão perdas de R\$ 26,1 bilhões a partir de 2023.**

“A proposta original do Governo Federal era pautada pela neutralidade da arrecadação. A última versão do substitutivo, ao ceder aos desígnios de grupos de pressão de maior poder de representação, alargou isenções tecnicamente não justificáveis e resultará em redução de arrecadação para

todos os entes, pondo em xeque o financiamento dos serviços públicos futuros”, diz o Comsefaz em nota.

O comitê defende que a redução dos impostos das empresas seja feita sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), imposto federal que não é compartilhado com estados e municípios. A ideia não foi acatada pelo relator e pelo governo.



Entenda como a reforma tributária pode afetar o seu bolso

### ***Outras mudanças***

Na nova versão do seu parecer, Sabino fez ainda as seguintes modificações no texto:

- empresas optantes do Simples Nacional ficarão isentas da taxa que será cobrada sobre os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas. No relatório preliminar, apresentado no início de julho a líderes partidários, Sabia previa taxação em 20%;
- brasileiros que têm dinheiro fora do país a opção de pagar 6% de imposto agora e ficar isento quando repatriar o recurso
- brasileiros que têm dinheiro fora do país poderão pagar 6% de imposto sobre o lucro, sem necessidade de trazer o dinheiro para o país imediatamente, e ficar isentos de IR quando repatriarem o recurso – válido somente para 2022. O relator diz ser possível arrecadar R\$ 20 bilhões com a medida.
- exclusão das mudanças que poderiam levar ao fim do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), um benefício fiscal para empresas que oferecem benefícios como o vale-alimentação. No relatório preliminar, as empresas perderiam o direito de deduzir do Imposto de Renda o dobro das despesas realizadas com o programa, o que, segundo especialistas, levaria ao fim do PAT;

- parte da União na arrecadação da Compensação Financeira por Exploração Mineral (CFEM) passará para estados e municípios. Se a mudança for aprovada, a fiscalização desses recursos ficará a cargo dos estados;
- ainda na CFEM, o texto aumenta a alíquota sobre o minério de ferro de 4% para 5,5%.  
Com essas mudanças, disse Sabino, a proposta será neutra, ou seja, nem aumentará nem diminuirá a arrecadação.  
Antes, no relatório preliminar, o relator já tinha feito as seguintes alterações em relação ao texto original do projeto:
- aumentou de 5 para 12,5 pontos percentuais a redução da tributação do Imposto de Renda sobre as empresas. Agora, colocou uma condicionante atrelada à alta da arrecadação;
- retirou a taxa de 15% sobre os rendimentos de fundos de investimentos imobiliários (FIIs). Com isso, o rendimento desses fundos deve continuar isentos de impostos;
- micro e pequenas empresas que estão fora do Simples Nacional terão seus dividendos isentos da taxa se o valor distribuído for de até R\$ 20 mil por mês;
- retirou a cobrança de imposto sobre dividendos quando o lucro é distribuído entre subsidiárias de uma mesma holding;
- retirou a obrigatoriedade da apuração do Imposto de Renda pela sistemática do lucro real para construtoras e imobiliárias;
- incluiu corte de benefícios fiscais de quatro setores econômicos (indústria de perfumaria, cosméticos e produtos de higiene; indústria de embarcações e aeronaves; indústria de produtos químicos e farmacêuticos; e termelétricas movidas a carvão e gás).

### ***Pontos mantidos***

Permaneceram no parecer do relator algumas das principais medidas que constavam no projeto original. Uma delas é a atualização da tabela do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas, isentando de Imposto de Renda todos os trabalhadores celetistas que recebem até R\$ 2,5 mil. Os valores das demais faixas do IR também serão reajustados.

Segundo o governo, a atualização vai isentar 5,6 milhões de novos contribuintes. Com isso, os isentos passariam dos atuais 10,7 milhões para 16,3 milhões. Já os demais trabalhadores celetistas terão um desconto menor no contracheque.

Ainda em relação às pessoas físicas, o projeto prevê o estabelecimento de um limite de R\$ 40 mil de renda anual para optar pela declaração

simplificada de Imposto de Renda. Atualmente, não há esse limite. Os contribuintes que optam pela simplificada podem abater 20% de IR sobre a soma dos rendimentos tributados até o limite de R\$ 16,7 mil.

Projeções da Receita Federal indicam que 6,8 milhões de contribuintes perderiam o benefício do desconto. Mas o relator afirma que quem recebe até R\$ 7 mil mensais e tenha uma dedução a apresentar na declaração completa do IR não vai pagar mais imposto.

No caso das empresas, para compensar parcialmente a redução do Imposto de Renda em até 12,5 pontos percentuais, o projeto prevê a taxaçoão em 20% dos dividendos, parcela do lucro divididas aos acionistas, salvo as exceções (pequenas empresas). Os dividendos são isentos de impostos desde 1995.

O texto também prevê o fim da dedutibilidade e a extinção dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma forma de remunerar os acionistas que traz vantagens tributárias às empresas.



Por Pedro Cafardo

É ex-editor-executivo do Valor e integrou a equipe que fundou o jornal. Foi editor-chefe de "O Estado de S. Paulo" e editor de Economia em várias publicações

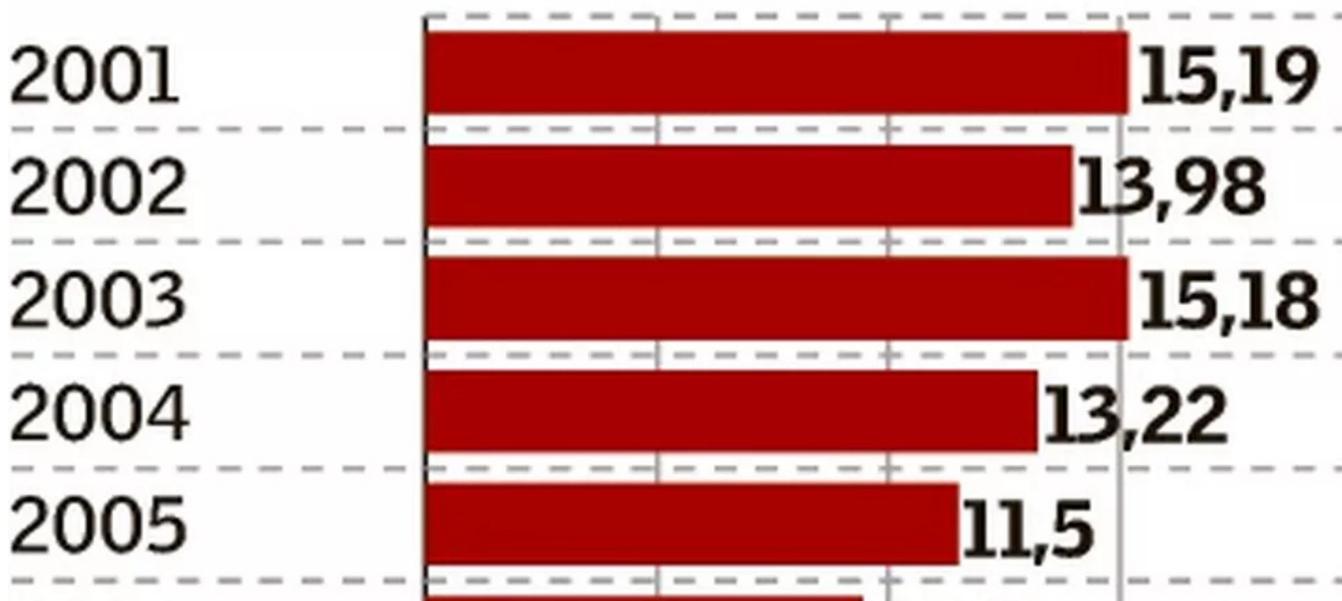
## Dividendos sociais, uma sacada eleitoral para 22

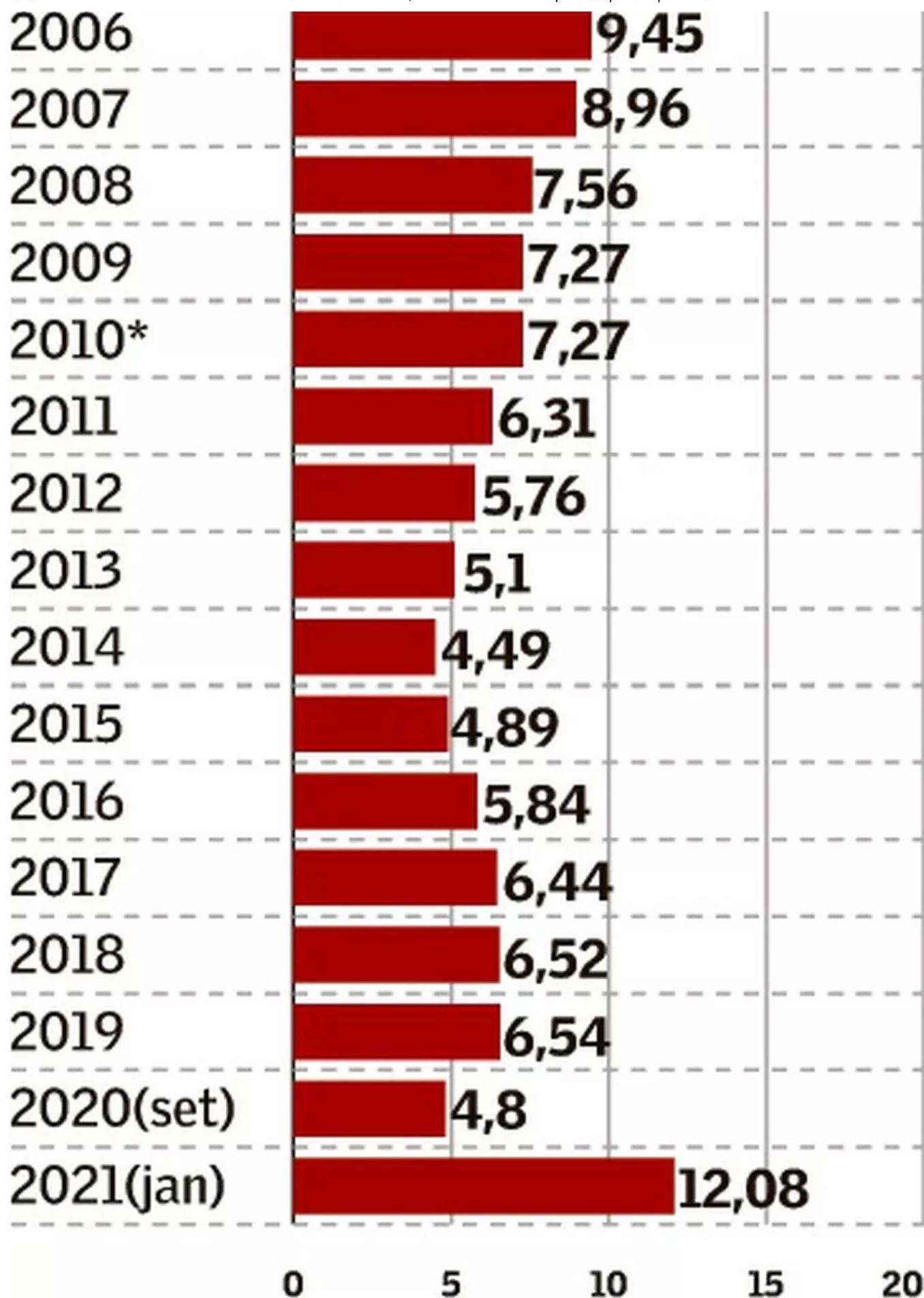
Questão que Guedes deixa no ar sugere que 2022 será um ano de grande emoção eleitoral

27/07/2021 05h00 · Atualizado há uma semana

### Extrema pobreza

Em % da população brasileira





Fonte: 2000 a 2011, Ipea; 2012 a 2019, IBGE/Pnad Continua/Pnad Covid; elaboração: Valor Data.

## \*Não disponível – dado do ano anterior

---

Observadores atentos têm dúvidas sobre a avaliação de que o presidente Jair Bolsonaro é carta fora do baralho para as eleições de 2022. É verdade que uma minoria de corajosos seguidores ainda se atreve a defender o governo dele, que vai deixar, entre outras sequelas, um assustador passivo de mortes para a história da pandemia deste início de Século XXI.

Mas memória de eleitor é curta, e o governo sempre tem cartas na manga. Uma parte da fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, em Live do **Valor**, no dia 14, passou sem repercussão, porque pareceu um discurso repetitivo ou porque havia outros temas em destaque. Mas, para esses observadores atentos, ele deu dicas objetivas sobre como os princípios liberais podem ser mandados às favas para turbinar Bolsonaro na eleição de 2022.

## Transferência de renda pode virar o jogo a favor de Bolsonaro

Perto do fim da entrevista, o ministro disse que a pandemia nos deu a lição de que podemos erradicar a miséria rapidamente no Brasil. Ele disse isso porque, com o

pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600, no ano passado, houve forte impacto positivo na vida dos brasileiros pobres.

Entre parêntesis, é estranho que o ministro economista, com doutorado e mestrado na Universidade de Chicago, tenha demorado tanto para chegar à conclusão de que dinheiro no bolso reduz imediatamente a pobreza. Muitos dados do passado recente também indicam a efetividade dessas políticas de transferência de renda. Com a adoção do Bolsa Família, junto com o aumento do salário mínimo real, houve uma forte diminuição da pobreza nos governos Lula e Dilma. Todos os indicadores mostram isso - os do Ipea, por exemplo, revelam que o número de pobres no país, aqueles que, pelo critério do Banco Mundial, ganham menos de US\$ 5,5 por dia, caiu de 35,75% da população em 2003 para 13,29% em 2014. A partir de 2015, com a semiestagnação da economia, a pobreza voltou a aumentar e só passou novamente a cair no ano passado, com o auxílio emergencial de R\$ 600 oferecido a 68 milhões de brasileiros. Os dados sobre a pobreza extrema, daquelas pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, também mostram a queda brusca da miséria na primeira década do século, o aumento com a estagnação pós-2015 e os efeitos do auxílio e de sua extinção temporária durante a pandemia (*ver gráfico ao lado, preparado pelo economista Robinson Moraes, do Valor Data*).

Voltemos à reflexão inicial. Ao citar a lição da pandemia sobre o efeito positivo do auxílio emergencial, Paulo Guedes estava pensando nas eleições de 2022, embora tenha sugerido mais de uma vez que todos deveríamos deixar a disputa eleitoral para o ano que vem.

Cada vez menos poderoso - acaba de perder a área do Trabalho -, Guedes não consegue fazer tudo o que quer no governo. Ele admite isso. Queria, por exemplo, zerar o déficit público em um ano, vender todas as estatais, assim como pretendia ressuscitar a CPMF e tomar outras medidas liberais. Não conseguiu, porque enfrentou tiroteio de vários setores, inclusive o fogo amigo do governo. Aliás, não se pode negar que o ministro tem grande capacidade de aceitar críticas e voltar atrás em algumas decisões, como está ocorrendo na reforma tributária.

A ideia que Guedes reforçou na entrevista ao **Valor**, porém, é eleitoralmente poderosa, e ele certamente não encontrará resistência ao tentar convencer o presidente Bolsonaro a adotá-la.

Ele quer ir além da “transferência de renda” e fazer “transferência de riqueza”. Gostaria de vender estatais e imóveis pertencentes à União, operações com um potencial de arrecadação estimado em R\$ 2 trilhões, e destinar parte dessa receita para um fundo que pagaria “dividendos sociais” semestrais aos pobres. Os beneficiários do Bolsa Família poderiam receber no ano eleitoral de 2022, por exemplo, além das mensalidades reajustadas do Bolsa Família, uma “bolada” de até R\$ 3 mil a cada seis meses.

A sacada é inteligente pelo menos por duas razões. Primeiro, porque assumiria a agenda do provável principal adversário de Bolsonaro em 2022, Lula, defensor intransigente das políticas de transferência de renda. Segundo, porque atropelaria o discurso antiprivatização do ex-presidente, que condena a venda de estatais por “dilapidar o patrimônio” dos brasileiros. Lula e as esquerdas não teriam como ser contra a privatização, porque os recursos, ou partes deles, estariam sendo destinados à transferência do patrimônio aos cidadãos brasileiros mais frágeis.

O discurso faria sucesso porque, como disse Guedes, “o Estado brasileiro é uma fábrica de desigualdades”. O mundo enxerga o Brasil exatamente dessa forma, a ponto de o aumento do fosso entre pobres e ricos em todo o mundo durante a pandemia ter sido chamado de “The Brazilianization of the World” em artigo de Alex Hochuli, na revista “American Affairs”.

Será que o ministro Guedes vai tentar inaugurar esse programa de dividendos sociais no ano eleitoral? O ambiente é propício. Hoje, Lula lidera as pesquisas de intenção de voto. Ganharia de 58% a 31% em eventual segundo turno contra Bolsonaro, de acordo com o Datafolha. No Nordeste, tradicional reduto eleitoral de Lula, onde se concentra a população mais pobre, Bolsonaro tem rejeição de 70%.

Com um programa como esse, uma “chuva de dividendos sociais”, será que a opinião pública não muda? Foi a pergunta que Guedes deixou no ar no fim da entrevista ao jornalista Cristiano Romero, na Live do **Valor**, indicando que 2022 será um ano de grandes emoções eleitorais.

**Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve quinzenalmente às terças-feiras**

**E-mail: [pedro.cafardo@valor.com.br](mailto:pedro.cafardo@valor.com.br)**

# Economia receberá setores que querem mudar reforma do IR

Tostes, Sachsida e Afif ouvirão apelos por manutenção de carga tributária neutra

Por Lu Aiko Otta e Fabio Graner — De Brasília

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana



Ricardo Lacaz: "Pergunto se vale a pena desorganizar a vida de 97% das empresas para um resultado fiscal pífio" — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor - 19/9/2019

Representantes de uma dezena de setores ligados a serviços médicos, educacionais e de habitação reúnem-se hoje com o secretário especial da Receita, José Tostes, o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, e o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, para pedir que a proposta de reforma do imposto de renda seja alterada, de forma a manter neutra a carga tributária das empresas desses setores.

O movimento de grande porte contra a proposta de reforma do IR junta-se à mobilização de advogados e outras entidades do setor de serviços que, em um duro manifesto publicado ontem e enviado ao Congresso, foram mais incisivos e pediram que os parlamentares derrubem a proposta.

PUBLICIDADE



O ponto em comum que tem gerado toda essa reação é a distribuição dos dividendos. Hoje isenta, passará a recolher 20% de imposto de renda, para compensar o corte na tributação das empresas. Mas, para muitas empresas, a conta não fecha e o saldo é um recolhimento maior de impostos.

“As entidades subscritoras manifestam-se pela total rejeição dos termos propostos no PL nº 2.337, de 2021, inclusive na versão preliminar do substitutivo. A proposta de alteração das regras de tributação do imposto sobre a renda implica em aumento da complexidade no sistema tributário brasileiro”, diz o documento.

Os 22 setores que subscrevem a carta estão entre os mais atingidos com a tributação de dividendos, dado que hoje estão livres dessa taxa e, na maior parte

deles, se organizam para receberem sua renda como distribuição de lucros. “A tributação dos dividendos foi acertadamente extinta há 25 anos, com reconhecidos resultados em termos de arrecadação. Reduziu o volume de obrigações acessórias exigidas das empresas, estimulou os investimentos nacionais e estrangeiros, promoveu a formalização da economia, preveniu a evasão fiscal, notadamente a distribuição disfarçada de lucros e o planejamento tributário abusivo”, afirma a nota.

Para essas entidades, o retorno da tributação dos dividendos é um “retrocesso” e “resulta em inaceitável aumento de carga tributária para importantes setores da economia nacional”.

Gustavo Brigagão, um dos organizadores do movimento e presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), diz que “o pacote do governo é um conjunto de normas desconexas que produzirá efeitos extremamente nocivos à economia ao gerar tamanho aumento da carga tributária para a classe média”.

“A proposta aumenta a carga tributária de 97% das empresas brasileiras”, afirma o tributarista Ricardo Lacaz, que atua como porta-voz dos setores que serão recebidos hoje no Ministério da Economia. Nessa conta, entram as 4,2 milhões de empresas do Simples, que representam 80% das pessoas jurídicas do país. Também estão no cálculo as empresas que declaram pelo regime de lucro presumido, 883 mil em 2018, ou 17% do total.

Os 3% que escapam do aumento da carga são as grandes empresas, perto de 170 mil, que estão no lucro real. Que, no entanto, respondem por 85% da arrecadação federal, aponta o tributarista.

“Pergunto se vale a pena desorganizar a vida de 97% das empresas brasileiras para um resultado fiscal pífilo”, disse Lacaz, para quem há pontos positivos na proposta, como a unificação das alíquotas do imposto de renda nas aplicações financeiras ou a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o que considera uma obrigação do governo.

Diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali ressalta essa preocupação com as empresas do Simples. Ele destaca que a redução do IRPJ proposta pelo governo e pelo relator não tem efeito para quem está nesse sistema,

pois haverá aumento direto de carga para quem estiver tendo renda acima de R\$ 20 mil por mês.

“A reforma traz aumento de complexidade e de carga tributária, por isso somos contra a proposta”, disse a vice-presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep), Amábile Pacios. “Mas estamos dispostos a construir um caminho.”

Perto de 80% das escolas particulares do ensino básico são empresas do Simples, que não terão redução de alíquota, mas passarão a ter tributada a distribuição de lucros. As escolas de ensino superior hoje recolhem os tributos federais na forma de bolsas de estudo do Prouni. Assim, a redução de alíquota do IRPJ não as beneficia. No entanto, elas passarão a pagar imposto sobre a distribuição de dividendos.

“Concordamos com os princípios da reforma tributária. Porém, ela necessita ser calibrada para que os menores não sejam prejudicados”, disse o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, lembrando que o setor está em sua maior parte no regime de lucro presumido.

Os impactos econômicos da reforma do imposto de renda têm dividido opiniões até mesmo dentro do Ministério da Economia. Há quem considere que ela poderá ficar parada no Congresso se não houver alteração profunda da proposta.

O ministro Paulo Guedes, porém, tem tentado mostrar otimismo aos seus interlocutores e aposta na aprovação ainda neste ano. Ele tem destacado que o barulho dos contrários ao projeto é natural, mas que, com os ajustes que estão sendo costurados com o relator, a proposta vai andar, porque reduz a tributação das empresas e coloca a taxaçaõ nas pessoas físicas de alta renda.

Um dos pontos que podem sofrer ajustes é a tributação de dividendos. Os setores que se reúnem hoje devem pedir para melhorar o desenho das isenções e a redução da alíquota de 20%, apesar de a Economia ainda defender o número atual.

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

# Grande avanço rumo à justiça fiscal global

Grupos devem pagar impostos nos países onde geram seus lucros

Por Josep Borrell e Paolo Gentiloni

27/07/2021 05h00 · Atualizado há uma semana



O multilateralismo andou na defensiva nos últimos anos. Em um cenário mundial mais multipolar do que multilateral, a competição entre países parece prevalecer em relação à cooperação atualmente. No entanto, o recente acordo mundial de reformar a taxação corporativa internacional é uma prova bem-vinda de que o multilateralismo não está morto.

Mas ele também não goza de boa saúde. Embora a globalização tenha se mantido durante a pandemia de covid-19 - ainda que de maneira mais desigual do que antes e apesar dos sentimentos de crescente isolamento das pessoas -, a interdependência se mostra cada vez mais conflituosa. Até mesmo a influência de um país com base na imagem e no poder das ideias, conhecida como “soft power” em inglês, está sendo usada como arma, num momento em que vacinas, dados e padrões tecnológicos se tornaram instrumentos de competição política.

PUBLICIDADE



**O acordo fiscal mostra o quanto a ação multilateral pode fomentar uma forma justa de globalização. Precisamos agora de reações em outras áreas, desde o acesso às vacinas e a crise climática até segurança de dados e padrões tecnológicos**

O mundo também está ficando menos livre. A própria democracia está sendo atacada, em meio a uma batalha campal entre narrativas sobre qual sistema político e econômico tem maior capacidade de gerar bons resultados para os seus cidadãos.

A União Europeia (UE) continua a acreditar em trabalhar por um mundo previsível de multilateralismo fundamentado em regras, em mercados abertos em resultados de soma positiva e na justiça social e na solidariedade. Continuamos convencidos de que os desafios de hoje - desde o combate à pandemia até o enfrentamento da mudança climática - podem ser administrados apenas por meio da cooperação mundial. A UE, portanto, continuará a ocupar posição de liderança ao revitalizar o multilateralismo fundamentado em regras, a fim de mostrar aos nossos cidadãos os benefícios concretos de um conceito aparentemente árido e tecnocrático.

Afinal, a alternativa a um compromisso multilateral desse gênero - “agir por conta própria” - significa acesso reduzido a vacinas, adoção insuficiente de medidas climáticas, crises de segurança graves, globalização inadequadamente regulamentada e desigualdade mundial crescente. Nenhum país, nem sequer o maior, consegue ser bem-sucedido sozinho. Por todos esses motivos, a Itália colocou, com justeza, o multilateralismo em primeiro lugar na agenda de sua atual presidência do G-20.

Mas a UE não deve se limitar a enfatizar seus dotes multilaterais. A Europa precisa demonstrar que a ação multilateral pode gerar bons resultados para todos se todos os países investirem nela. E o novo acordo mundial de impostos faz exatamente isso.

O pacto, endossado anteriormente em julho por ministros das Finanças do G-20 e apoiado por 132 países, fixará uma alíquota mínima mundial de imposto de pelo menos 15% para empresas multinacionais e garantirá que essas corporações paguem impostos nos países onde geram seus lucros. Este é um avanço histórico na direção de uma globalização mais justa e uma conquista memorável do multilateralismo eficaz.

Nos últimos anos, os governos adotaram medidas importantes para gerir a evasão fiscal da parte de pessoas físicas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a troca automática de informações fiscais entre países produziu um resultado líquido de €95 bilhões (US\$ 112 bilhões) em

arrecadação fiscal adicional para países do G-20 entre 2009 e 2019, enquanto os depósitos em paraísos fiscais caíram 34%.

Mas coibir a elisão fiscal da parte das multinacionais, um problema ainda maior, se revelou mais difícil. A OCDE estima que a elisão fiscal das multinacionais resulta em perdas mundiais de arrecadação de US\$ 100 bilhões a US\$ 240 bilhões ao ano, ou de 4% a 10% do total da renda apurada com impostos sobre a pessoa jurídica. Além disso, o atual sistema internacional de taxação corporativa foi criado mais de um século atrás e está cada vez mais defasado em relação à atual economia globalizada e digitalizada.

A UE luta há muito tempo para montar uma reação mundial a esse desafio. Mas foi o envolvimento construtivo do governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, nos últimos seis meses, que possibilitou o recente avanço radical. Este foi um sinal assombroso e festejado da retomada do respaldo dos Estados Unidos a uma visão multilateral do mundo.

As 132 jurisdições que atualmente apoiam o novo acordo de taxação às empresas representam 90% do PIB mundial. E, embora o pacto, por si só, não deva resolver integralmente o problema da elisão fiscal das empresas multinacionais, ele é um decisivo passo à frente. Marca o começo do fim da guerra mundial para atrair empresas com base em melhores alíquotas fiscais corporativas, uma disputa que produziu alguns ganhadores muito ricos mas também bilhões de perdedores que agora poderão recuperar a confiança no poder das regras.

O acordo levará a uma arrecadação governamental maior e mais estável, num momento em que todos os países têm de arcar com os custos de combater a pandemia e mobilizar os investimentos necessários para gerir a crise climática. E injetará maior equidade em uma época de desigualdades crescentes entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento.

Acima de tudo, o recente acordo fiscal mostra o quanto a ação multilateral pode fomentar uma forma mais justa de globalização. Precisamos agora de reações internacionais igualmente eficazes em outras áreas, desde o acesso às vacinas e a crise climática até segurança de dados e padrões tecnológicos.

# Indústria química teme mais os custos que a falta de energia

Para Abiquim, governo está preparado para contornar crise, mas aumento das tarifas preocupa

Por Ana Conceição e Cibelle Bouças — De São Paulo e Belo Horizonte

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana

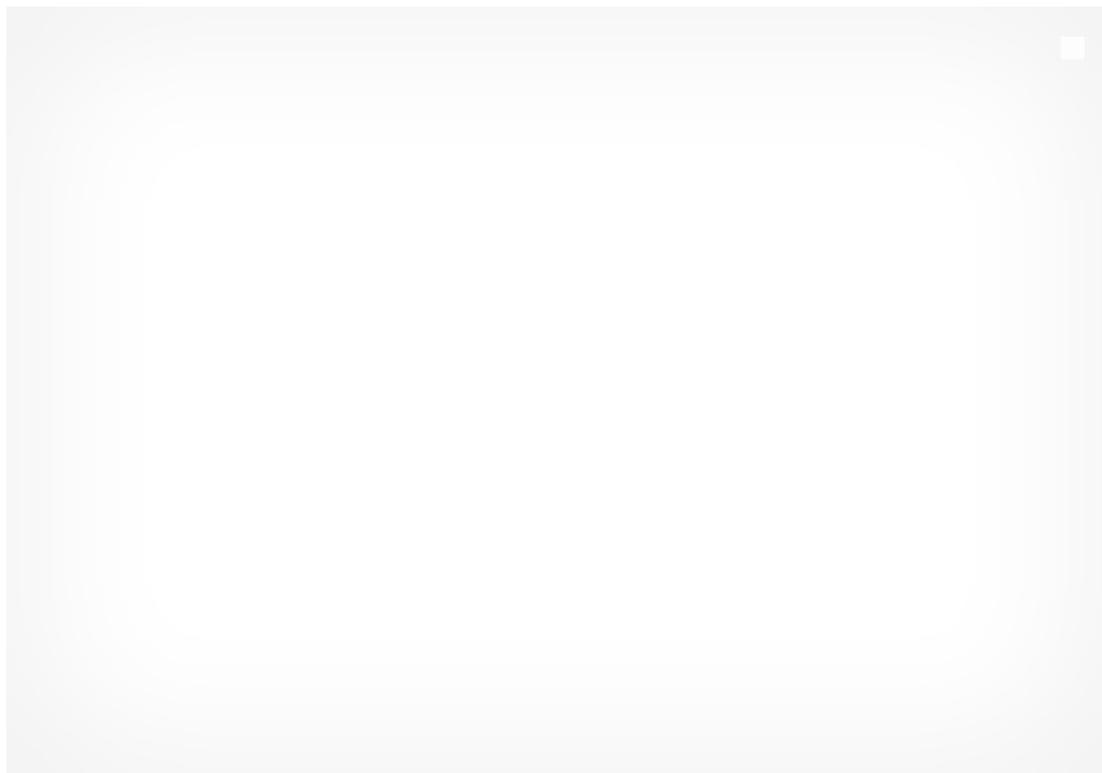


Ciro Marino: crise na oferta de energia agrava o sério problema de competitividade de custos da indústria brasileira —  
Foto: Divulgação

A crise hídrica e energética, que pode se agravar nos próximos meses, preocupa a indústria química brasileira mais pelo aumento de custos que provoca que pela ameaça de escassez de energia.

De acordo com **Ciro Marino**, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o setor teve duas reuniões com o ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque** para conversar sobre o cenário dos próximos meses. “O que entendemos é que o governo federal tem muito bem equacionado onde está o problema, tem um bom diagnóstico”, afirmou.

PUBLICIDADE



A equipe do ministro, disse, mostrou que o país está mais preparado para contornar a crise do que em ocasiões anteriores, como em 2001/2002, período de racionamento. O nível de interligação dos sistemas de energia e a diversificação da matriz, com aumento da participação térmica, foram pontos destacados pelos técnicos do governo que amenizou as preocupações do dirigente.

“Uma das coisas que nos deu maior tranquilidade foi o nível de interligação dos grids. Hoje estão muito bem conectados. Assim, se houver um problema pontual

numa região específica, supre com a energia de outra região com maior facilidade. Em paralelo, há uma diversificação de fontes”, afirmou.

Questão mais grave é o aumento de tarifas provocado pela maior geração térmica, que é repassado para um setor que já amarga elevação de custo há alguns anos. “Há um problema de competitividade, de custos muito altos de produção no Brasil”, diz. Algo que o aumento da energia agrava.

A demanda por químicos no Brasil tem aumentado, mas boa parte desse crescimento tem sido atendido por exportações. Segundo Marino, em 2020, a demanda cresceu 11%, mas a produção doméstica aumentou apenas 2,2%. Em 2021, até maio, a produção cresceu 3%, e a demanda aumentou 9,5%.

Um problema adicional, diz, será a parada técnica do poço de petróleo de Mexilhão (RJ) por dois ou três meses, que vai reduzir a oferta de gás, outro insumo importante para o setor. “O produto já é caro por natureza e com aumento de demanda deve ficar mais caro.”

A Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) tem discutido com o governo propostas para incentivar a economia voluntária de energia para ajudar a desafogar o sistema elétrico e evitar o risco de apagões. As indústrias aguardam que o Ministério de Minas e Energia abra consulta pública para discutir medidas para reduzir o consumo de energia.

Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace, avaliou que se a consulta pública for aberta ainda em julho só seria possível ter novas medidas de redução de consumo a partir de setembro, o que seria um prazo “apertado” para começar a agir. “As discussões precisam avançar logo”, afirmou.

A Abrace defende adoção de medidas voluntárias de redução do consumo de energia hidrelétrica. Em junho, a associação apresentou ao governo um programa de redução voluntária da demanda, composto por dois modelos. Em um modelo a indústria informa à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) quanto pretende economizar de energia e recebe em troca dessa economia uma remuneração na forma de créditos. Outro modelo consiste em colocar à disposição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a geração de energia como potência. Pedrosa sugeriu que o governo envolva todos os consumidores nos

# Indústria se aproxima da retomada com estoques perto de zero

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que indústria de transformação operava com estoques no limite em junho

Por Alessandra Saraiva — de Rio

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana

## Estoques seguem sem normalização

Fatia de industriais com estoque insuficiente opera acima de média pré-pandemia - em %



Fonte: FGV.

Em meio às projeções de maior aquecimento econômico nos próximos meses, com possibilidade de maior demanda, os estoques da indústria de transformação até junho de 2021 operavam no limite, sem recuperar patamar pré-pandemia. O alerta é da pesquisadora Claudia Perdigão, da Fundação Getúlio Vargas, que elaborou estudo sobre o tema, com base em dados da Sondagem da Indústria da FGV.

De acordo com a especialista, em junho, o saldo de estoques da indústria de transformação, na sondagem, ficou em 1,5 ponto negativo, muito próximo de zero, o que sinaliza “perfeito equilíbrio”, com oferta igual à demanda. A média histórica, antes da pandemia, para saldo de estoques na indústria de transformação, é mais distante de zero, em 5,2 pontos negativos, disse a pesquisadora.

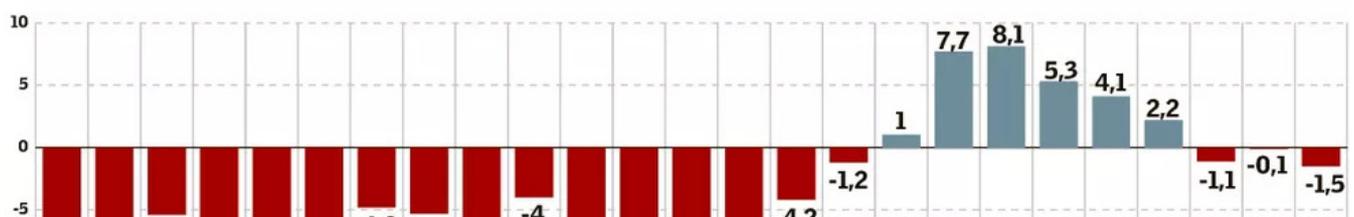
PUBLICIDADE

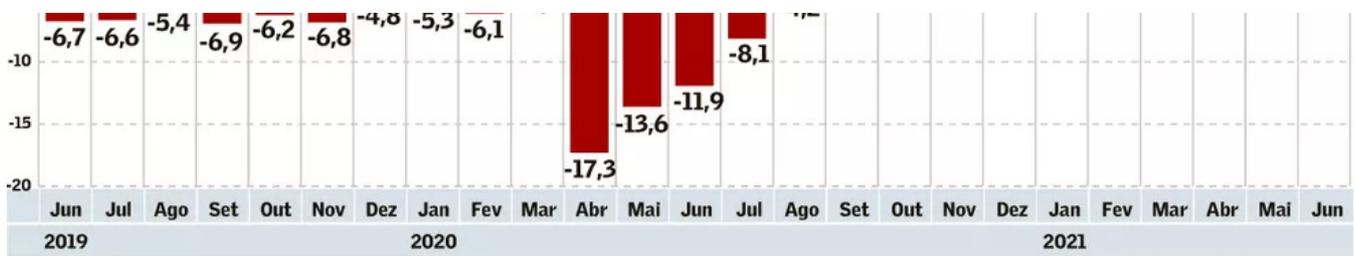


O atual cenário reflete combinação de custo de produção mais alto, em especial a energia, em ambiente de falta de insumos. Isso desestimula estocagem alta entre as indústrias, disse Claudia. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) confirmaram ao **Valor**, respectivamente, a existência de estoques abaixo do normal e demanda alta em seus segmentos. Os estoques em baixa afetam empresas nacionais, como a Agrale, de chassis e tratores, e também multinacionais, caso da AGCO Corporation no Brasil e a John Deere, fabricantes de máquinas agrícolas.

## Estocagem no limite na indústria

Saldo de estoques opera próximo a zero - perfeito equilíbrio entre oferta e demanda (saldo em pontos\*)





Fonte: FGV. \*Diferença entre estoques insuficientes e excessivos

Na pesquisa, foi perguntado a 1.098 empresas se os estoques, em junho, estavam “normais, excessivos ou insuficientes”: 8,6% informaram “insuficiente”; 10,1%, “excessivo”, e o restante, “normal”, com estoque suficiente para atender à procura. O cálculo é feito da seguinte forma: toma-se a parcela das empresas que consideram os estoques “insuficientes” e se diminui dela a fatia das companhias que avaliam os estoques como “excessivos”. Chega-se então a um saldo. Se o resultado for negativo, como no caso em questão, significa que a maioria das empresas declarou estoques acima do normal.

O indicador negativo, de 1,5 ponto em junho, por ser muito próximo de zero e bem distante da média histórica para o setor, não é motivo de comemoração, disse a pesquisadora. Ocorre que, diferentemente do ano passado quando a indústria também operava com estoques baixos, não havia perspectiva de crescimento econômico mais aquecido. Em maio, a produção industrial cresceu 1,4% ante abril após três meses de queda, segundo o IBGE. “Em um contexto de retomada e de choque de oferta, tanto pela escassez de insumos quanto pela crise energética, esse estoque mais baixo gera preocupação” constatou ela.

Um exemplo é o saldo de bens de capital na indústria de transformação. Em junho, a parcela dos que declararam “excessivos” os estoques ficou em 16,4%, sendo 9,1% a fatia dos que os classificaram como “insuficientes”. O saldo nesse caso foi de 7,3 pontos negativos, distante da média histórica do segmento de 13 pontos negativos. “Quando bens de capital estão escassos afeta toda a cadeia produtiva”, disse Claudia Perdigão.

A diretora de economia, estatística e competitividade da Abimaq, Maria Cristina Zanella, preferiu não falar sobre estoques, visto que a entidade não tem indicador sobre o tema. Informou, no entanto, que não deve “faltar máquinas”. Admitiu ainda que, atualmente, a demanda está aquecida para máquinas e equipamentos, cenário

que deve continuar até o fim do ano. De maio de 2020 a maio de 2021, a Abimaq registrou alta de 40% na receita do setor, afirmou.

O diretor de vendas da Agrale, Edson Sixto Martins, disse que a demanda está alta em todos os segmentos que a empresa trabalha: tratores agrícolas, chassis para microônibus, caminhões e utilitários 4x4. “Os estoques estão baixos”, admitiu o executivo. A Agrale tem cinco unidades fabris, quatro no Brasil e uma na Argentina. Ele não quis citar números de desempenho da companhia. Mas observou que o setor industrial como um todo vem passando por sucessivas crises e que, um dos ajustes feitos pelo segmento, com o passar dos anos, foi o de equilibrar estoques e compras de matéria prima, cada vez mais cara, para lidar com esse cenário.

No caso da crise causada pela pandemia, não foi diferente. Um dos aspectos que prejudicam a estocagem é a falta de insumos, no mercado, afirmou. “Se tem alta demanda em função de crescimento, a demanda aumenta rápido e você não tem plástico, borracha, que são as bases da nossa indústria para chegar ao produto final”, disse.

Rodrigo Junqueira, gerente-geral da AGCO América Latina, afirmou que o estoque de toda a indústria, hoje, é “muito baixo”. O executivo da empresa, cuja matriz está sediada nos Estados Unidos e teve receita líquida global de US\$ 9,1 bilhões em 2020 (a empresa não abre dados regionais), afirmou que a possível recomposição de estoques similar ao que era na pré-pandemia seria possível somente ao término do segundo semestre. “Boa parte do que estamos produzindo agora já tem comprador”, disse o executivo. A AGCO tem seis fábricas no Brasil.

A John Deere disse que o planejamento é algo fundamental no cenário de hoje, segundo Alfredo Miguel Neto, diretor de assuntos corporativos da empresa para a América Latina. “É essencial que os clientes planejem os investimentos e iniciem as negociações com antecedência nos prazos de entrega das máquinas.”

Fora de bens de capital, os estoques em baixa também são percebidos. Em sondagem da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), entre os dias 1º e 15 de julho, com 80 empresas observou-se elevação de 20% para 26% em parcela de empresas com estoques de componentes e matérias-primas abaixo do normal.

# Judiciário afasta retenção do ISS na contratação de prestadores de serviço

Apesar de decisão do STF contrária à exigência, municípios continuam a aplicar regra

Por **Gilmara Santos** — De São Paulo

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana



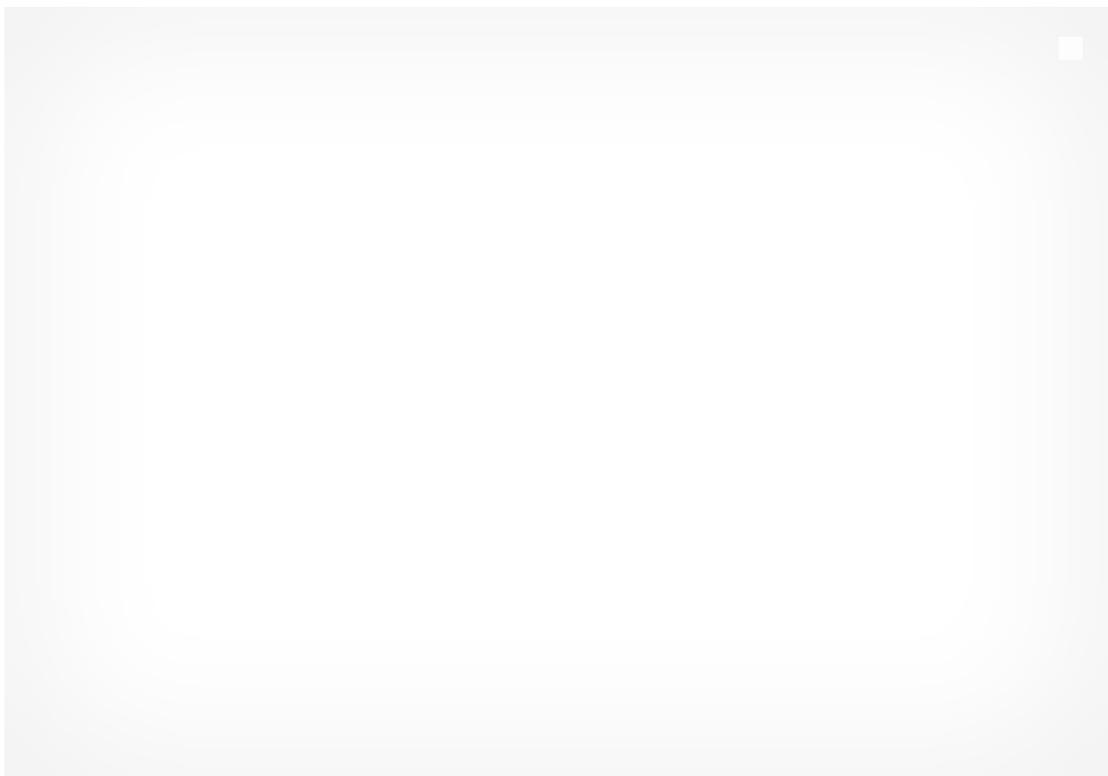


Vinícius de Barros: contratação de empresa de outro município obriga a retenção — Foto: Divulgação

A decisão de algumas prefeituras de exigir a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) de empresas que contratam prestadores de serviço de fora da cidade, sem registro no cadastro local, tem levado a uma nova disputa judicial entre contribuintes e administrações municipais. Em análise sobre a lei da capital paulista, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a norma é inconstitucional, com repercussão geral. Mas a regra continua a ser aplicada por municípios.

No país, a alíquota do ISS é de até 5%. A decisão do STF foi publicada em maio e o processo transitou em julgado (não cabe mais recurso) em junho (RE 1167509). Para o relator do recurso, ministro Marco Aurélio, a pretexto de afastar evasão fiscal, o município determinou ao contribuinte a imposição tributária de outra municipalidade.

PUBLICIDADE



Marco Aurélio considerou que a Lei Complementar nº 116/2003 prevê que o imposto é devido pelo prestador de serviços onde está sediado o estabelecimento.

Sendo assim, o Fisco municipal não poderia criar uma obrigação acessória - no caso, o cadastro que exige a inscrição na cidade. Por fim, entendeu que houve ofensa ao artigo 152 da Constituição Federal, porque traria um tratamento diferenciado dependendo da procedência do serviço.

“Só que no município de São Paulo continua valendo a mesma regra. Se contratar alguém fora do município tem que fazer a retenção, independentemente da decisão do STF”, diz o advogado Vinícius de Barros, do escritório Teixeira Fortes Advogados. Amparada na decisão do Supremo, a banca ingressou com um pedido de liminar para desobrigar uma cliente de reter o imposto de prestadores de serviços de fora da capital e que não estão inscritos no Cadastro de Empresa de Fora do Município (CPOM).

Em julho, a 4ª Vara de Fazenda Pública, do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar autorizando a tomadora de serviço a não fazer a retenção e o recolhimento do ISS de prestadores de serviços não inscritos no CPOM (processo nº 1041786-13.2021.8.26.0053).

A prática não é exclusiva da capital paulista. Outros municípios do país também exigem essa retenção na tentativa de reduzir a guerra fiscal. Neste sentido, algumas prefeituras criaram um cadastro em que a prestadora de serviço de outra cidade tem que apresentar uma série de informações - como contrato de locação, fotos e contas de telefone e luz - para comprovar que o endereço não é só uma fachada para recolher menos impostos.

“O caso do Supremo envolvia uma demanda de São Paulo, mas deve se aplicar a outros municípios”, explica o advogado Vítor Rodrigues, do escritório Chenut Oliveira Santiago Advogados. “Enquanto o município não alterar a legislação, os contribuintes devem agir da mesma forma que os demais. Isto é, requerer liminarmente, no Judiciário, o afastamento da obrigatoriedade de retenção e recolhimento do ISS de prestadores de serviços não inscritos no CPOM”, diz o advogado Gustavo de Godoy Lefone, do escritório BNZ Advogados.

Com base na decisão do STF, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao recurso da Prefeitura de Mogi das Cruzes (SP), que tentava manter a retenção do imposto. O relator Silva Russo considerou a decisão do STF e determinou que o auto

de infração que previa penalidade à contratante por não fazer a retenção do imposto deveria ser declarado nulo (apelação nº 1009876-48.2020.8.26.0361).

Antes mesmo da decisão do Supremo, juízes vinham entendendo que a exigência do cadastro da retenção não deveria prevalecer. Em abril, a 24ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na análise de um recurso da capital, declarou inexistir relação jurídico-tributária entre as partes. Condenou o município do Rio à restituir os valores cobrados indevidamente, com juros e correção monetária a contar da data da indevida retenção em cada nota fiscal (apelação nº 0087683-43.2018.8.19.0001).

O advogado Rubens Cuaglio, do escritório CM Advogados, destaca que o prestador de serviços faz o recolhimento do imposto no município em que está sediado. Porém, com essa obrigatoriedade de retenção, a cobrança também pode ocorrer na cidade onde prestou o serviço. “Há uma dupla cobrança, o que leva à dupla tributação”, enfatiza.

Ainda sem decisões para os clientes, o advogado Thiago Garbelotti, do escritório Braga & Garbelotti, diz que tem usado dois argumentos no Judiciário. “O primeiro é que o município não tem competência para cobrar tributos de contribuintes de outras localidades, nem para obrigações acessórias”, diz. “O outro é que quando faz a retenção por falta de cadastro está usurpando a competência de outro município de quem poderia exigir de fato”, acrescenta.

Advogados consideram que, apesar das diversas liminares já proferidas, as empresas de menor porte, especialmente, acabam não recorrendo para evitar o custo de um processo judicial. “Municípios apostam nisso [que o contribuinte não vai recorrer] para arrecadar um pouco mais”, avalia o advogado Igor Mauler, presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Processo Tributário (IDPT).

Por meio de nota, a Prefeitura de São Paulo disse que analisa a eventual necessidade de propor aperfeiçoamentos na legislação municipal em questão. “Decisões em recurso extraordinário em incidentes de repercussão geral proferidas pelo STF possuem efeito vinculante apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário, sem obrigar de forma geral e abstrata os demais Poderes. Bem por isso, a obrigatoriedade ao cadastro permanece em vigor”.

Já a Procuradoria do Município do Rio diz avaliar o conteúdo para adotar as medidas cabíveis.

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

### Massageador de pé para remodelagem de pernas

SHOP KALING

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

### Epidemia silenciosa ataca fígado de idosos

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

### O preço e potência deste telescópio irão te surpreender

MONÓCULO HIGH TECH

Leia Mais

LINK PATROCINADO

### Aos 54 anos, esse é o carro que Cláudia Raia dirige

SUNDAY DIGEST

LINK PATROCINADO

### Depois de 30 anos sozinho nas ruas, policial ajuda homem sem-teto a descobrir a sua verdadeira identidade

TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

### Travesseiro especial melhora as dores no pescoço e coluna

TRAVESSEIRO MAXSLEEP

Saiba Mais

## Mais do Valor Econômico

### Minério de ferro recua 0,5% no porto chinês de Qingdao

04/08/2021 10:35 — Em Empresas

# Justiça paulista veda tributação de despesas aduaneiras do passado

Precedente limita efeitos de decisão do STJ sobre capatazia em recurso repetitivo

Por Beatriz Olivon — De Brasília

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana



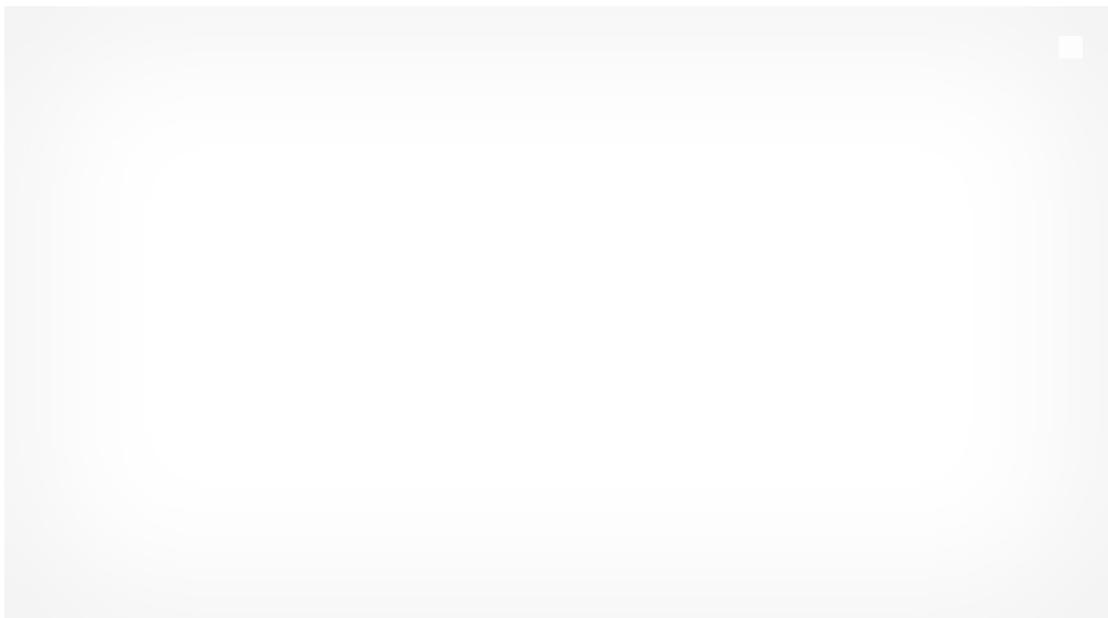


Luan Moreira: é inusitado um juiz de primeiro grau conceder a modulação — Foto: Divulgação

Um precedente da **Justiça paulista** livrou uma empresa de **comércio exterior** da tributação de despesas com descarga, manuseio e conferência de mercadorias em portos e aeroportos, a chamada **capatazia**, em relação ao **passado**. Enquanto o Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) não decide a partir de quando a cobrança é válida, companhias do setor vêm recorrendo às instâncias inferiores do Judiciário para tentar pagar só da data da decisão da Corte superior em diante.

Uma definição do STJ é importante para a União porque a decisão favorável à tributação afasta uma perda de **R\$ 12 bilhões**, somente se as empresas não tiverem direito a receber de volta o que pagaram nos últimos cinco anos.

PUBLICIDADE



O impacto da **modulação dos efeitos** poderá ser ainda maior para as empresas. Isso porque não reflete só sobre o cálculo do Imposto de Importação - tributo em discussão no STJ. O valor aduaneiro, que inclui as despesas com capatazia, serve como base também para o IPI, PIS e Cofins-Importação e até ICMS.

As turmas do STJ decidiam de modo contrário à tributação. Em março de 2020, porém, ao analisar recurso repetitivo, a 1ª Seção da Corte decidiu que a capatazia faz parte do valor aduaneiro (REsps 1799306, 1799308 e 1799309). Como o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em julho a inexistência de repercussão geral do tema, deixou a palavra final para o STJ. O pedido de modulação dos efeitos, contudo, ainda não foi julgado pelos ministros.

Agora, uma juíza da primeira instância paulista “modulou”, afastando a tributação sobre capatazia até a data da do julgamento do recurso repetitivo. Cabe recurso.

Depois do julgamento do recurso repetitivo, a **Hetros Importação e Exportação** pediu a exclusão das despesas com capatazia da base de cálculo do Imposto de Importação, ao menos para o período pretérito. Pediu o reconhecimento do seu direito à compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos, antes de ter proposto a ação. Argumentou que o entendimento do STJ mudou em 2020, o que trazia insegurança jurídica.

A juíza da 17ª Vara Cível Federal de São Paulo, Ana Lucia Petri Betto, concedeu o pedido. Considerou que o respeito à orientação jurisprudencial das Cortes superiores privilegia a segurança jurídica, permitindo a previsibilidade das decisões judiciais e menores custos de operação. “Até a data do aludido julgamento, a parte autora [Hetros Importação e Exportação] tinha a legítima expectativa de obter provimento favorável ao seu pleito”, diz.

Na decisão, a juíza lembra ainda que os tribunais superiores consideram a modulação necessária quando há mudança de jurisprudência. Por isso, manteve o direito da empresa de não tributar a capatazia até a data do julgamento em que houve a alteração do entendimento sobre o assunto (processo nº 5001670-98.2020.4.03.6100).

Também foi afastada a condenação em honorários no caso, segundo **Luan Moreira**, do escritório Arbach e Farhat Advogados. De acordo com ele, é uma boa

sinalização, por um juiz de primeira instância, de que há prejuízo à pessoa jurídica com a mudança de posicionamento da Corte.

“É inusitado um juiz de primeiro grau conceder a modulação”, afirma Moreira. O advogado aponta que a decisão é um bom precedente para outros contribuintes na mesma situação. “Enquanto o STJ não julga [o pedido de modulação] a gente fica meio como na tese da retirada do ICMS da base do PIS e da Cofins”, afirma Moreira em referência à tese do século.

Naquele caso, o STF decidiu a favor dos contribuintes, mas até a definição da modulação, nos embargos julgados este ano, havia indefinição nos tribunais inferiores, inclusive com diferentes “modulações” sendo aplicadas.

O magistrado de primeira instância pode usar a modulação para proteger o contribuinte que tinha jurisprudência favorável, segundo Ligia Regini, sócia do BMA Advogados. “Esse é o indício da inovação do Código de Processo Civil de 2015. Não é comum, mas o código fala que juízes [de primeira instância] podem modular”, afirma a especialista.

A modulação tem relação com precedente de efeito vinculante de tribunal superior, para dar uniformidade, segundo a advogada. Por isso, acrescenta ela, em instâncias ordinárias do Judiciário a modulação é excepcional. Mas a lei processual permite.

Ao analisar o caso da Hetros Importação e Exportação, Ligia reforça que a sentença valoriza a jurisprudência antes firmada, mas sem desconsiderar que houve uma mudança de entendimento. “Ela tenta equilibrar a mutação da jurisprudência sem ofender a segurança jurídica do contribuinte”, afirma.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai recorrer. Por meio de nota, informou que a decisão está em evidente descompasso com o precedente do STJ. Também disse que, nos poucos casos em que essa argumentação foi apresentada, especialmente no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo, o pedido foi negado.

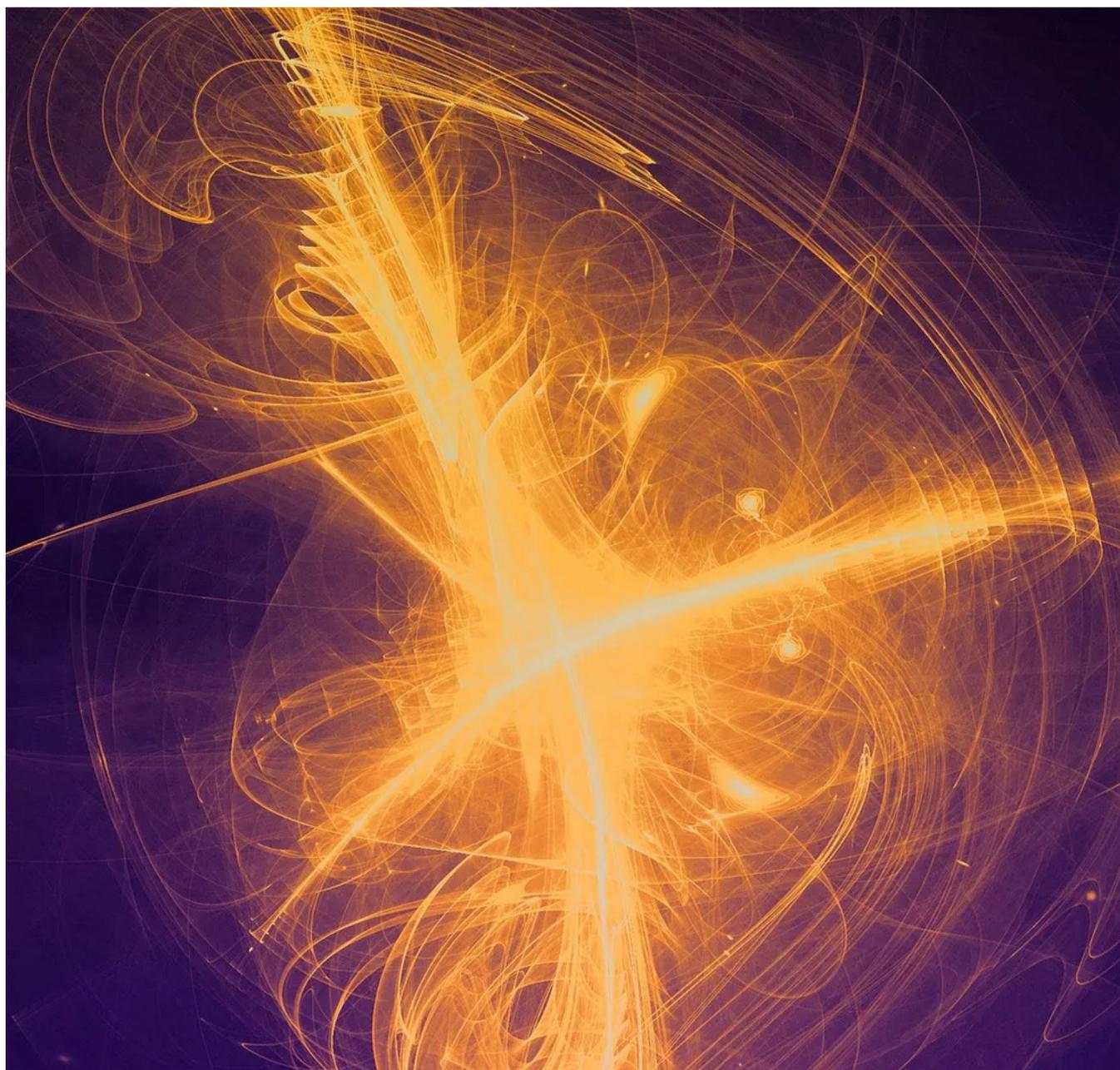
“Por ocasião do julgamento da tese, foi confirmado, sem qualquer limitação, que os serviços de capatazia estão incluídos na composição do valor aduaneiro e integram a base de cálculo do Imposto de Importação”, afirma a PGFN na nota.

# O papel dos Estados no novo mercado de gás natural

É preciso uma convivência harmônica entre todas as normas do setor

Por Anabal Santos Jr. e Daniela Santos

27/07/2021 05h00 · Atualizado há uma semana





— Foto: Pixabay

Após a edição da nova Lei Federal do Gás e do decreto que a regulamenta, as atenções do setor estão voltadas para a futura regulamentação da ANP e, mais especialmente, para as legislações estaduais, novas e antigas.

Os Estados têm a competência constitucional para “explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação”. Ou seja, na ponta da cadeia de gás, cada Estado deve decidir as suas regras sobre a sua distribuição, no limite do seu território. E isso resulta em diversas leis que nem sempre são compatíveis com a legislação federal que cuida do resto da cadeia, ou, simplesmente, na ausência de legislação estadual sobre o tema, o que é igualmente prejudicial para a expansão do setor.

PUBLICIDADE



## Sem avanços nas legislações dos Estados não há Novo Mercado de Gás. Manter do jeito que sempre foi não resolve

E isso não é um argumento, mas um fato incontestável: salvo alguns poucos Estados que possuem um mercado maduro e desenvolvido de gás, grande parte deles não desenvolveu a atividade como esperado.

Parece relativamente incontestável afirmar que as normas estaduais devem propiciar facilidades, segurança e estímulo para a expansão do uso de gás natural no seu território. Ainda que cada lei estadual tenha as suas particularidades, é fato que sem mercado não adianta ter particularidades. E não há mercado desenvolvido sem a convivência harmônica entre as particularidades de cada Estado e as demais normas que afetam o setor.

E harmonia significa que as legislações estaduais devem conversar com a legislação federal. Importante buscar entendimentos que não criem conflito de competência, obstáculos, bloqueios, inseguranças, desestímulo à concorrência ou afaste interessados. Com o Novo Mercado de Gás e a nova legislação federal, a intenção é justamente criar um mercado dinâmico, com vários agentes envolvidos nas atividades do setor, de modo a garantir que cada Estado usufrua do seu potencial e, com isso, garanta o seu desenvolvimento econômico e social - que no final é o objetivo primordial do avanço que se espera para o setor.

Aliás, desde que o Novo Mercado de Gás foi anunciado, em 2019, seguido por outros marcos e acontecimentos fundamentais para o novo cenário do setor de gás natural no Brasil (como o desinvestimento da Petrobras) houve uma grande movimentação não só do mercado, mas também de Estados que ainda não tinham uma posição tão sólida no setor. Não é possível desconsiderar que isso é extremamente positivo e deve ser estimulado.

É com base em tal premissa que a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP) vem se posicionando em todas as mesas do programa de revitalização da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres (Reate) e estreitando relações com vários Estados, para apoiar e incentivar ajustes nas legislações existentes ou na elaboração de legislações novas que tenham aderência com os princípios e normas recentemente aprovados e que se caminham no sentido da expansão e dinamismo do setor.

O intuito é garantir, da forma mais célere possível, que os Estados estejam preparados para os investimentos que virão, com uma legislação adequada e regulação/fiscalização eficientes, de modo a assegurar ganhos a partir da exploração dos recursos de petróleo e gás no seu território.

Alguns Estados se anteciparam e já aprovaram mudanças regulatórias importantes no que concerne à abertura do mercado de gás natural. Isso aconteceu, por exemplo, na Bahia, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esses Estados, inclusive, estão listados em um ranking elaborado e atualizado periodicamente pela Abrace com os melhores regramentos estaduais do mercado de gás natural do país. O intuito do ranking é estimular a rápida adequação/edição de legislações estaduais, para que todos, e não poucos, possam usufruir dos resultados positivos de um mercado pujante de gás natural.

Com o mesmo propósito, a ABPIP vem estimulando Estados produtores de gás natural que ainda não possuem legislação estadual posteriores à criação do Novo Mercado de Gás, como Alagoas e o Rio Grande do Norte, se disponibilizando para contribuir e reforçando a premente necessidade destes Estados constituírem seu regramento estadual. Ao mesmo tempo, aqueles Estados que já tenham legislação própria, devem visitar e as adequar suas normas para melhorar sua adesão ao Novo Mercado de Gás e maximizar os ganhos econômicos que este novo marco legal propicia, visto que, de acordo com o citado ranking, ainda tem muito espaço para melhoria nas legislações estaduais.

Porque não basta uma legislação tradicional sobre a atividade de distribuição, é necessário que as normas não extrapolem o limite de competência dos Estados e, sobretudo, garantam modernidade, concorrência e segurança aos investidores. Neste sentido, entre outros pontos, é fundamental o fortalecimento do papel da agência reguladora estadual para regular e fiscalizar os serviços locais de gás canalizado e estabelecer tarifas de distribuição de forma independente da distribuidora estadual e a garantia de que a atividade de comercialização de gás natural não se confunda com a definição de serviço local de gás canalizado.

Sem avanços nas legislações dos Estados não há Novo Mercado de Gás, porque é neles que o gás será consumido. Manter do jeito que sempre foi não resolve. É preciso entender que o setor de hoje é outro e que isso é bom, porque

# Pernambucanas dobra rede de lojas no Rio e vai para Nordeste e Norte

Investimentos são estimados em R\$ 200 milhões, valor 30% maior do que o de 2020

Por Adriana Mattos — De São Paulo

27/07/2021 05h01 · Atualizado há uma semana



Borriello, presidente da Pernambucanas, diz que planeja abrir 50 lojas neste ano: “Estamos sentindo um tráfego maior” — Foto: Divulgação

A Pernambucanas, rede de moda e itens para casa, irá dobrar o volume de lojas a serem abertas no Rio de Janeiro, aumentando ainda mais a crescente disputa no mercado fluminense. Ainda deve acelerar as inaugurações no Norte e Nordeste, elevando, com isso, a projeção de número total de pontos da rede para o ano.

A varejista entrou nessas duas regiões em junho, com a abertura em Gurupi (TO), e em Salvador (BA), e planeja chegar a 15 lojas no Norte e no Nordeste até dezembro. No Rio, o plano é passar de 30 unidades para 60 até o fim de 2022. Na área financeira, a rede fechou acordo com a bandeira Elo, para o lançamento de um cartão múltiplo, com função de débito. As empresas são parceiras desde 2018.

A companhia elevou a projeção de inaugurações em 2021, de 42 unidades, para 50 - chegando a 462 pontos em dezembro. São estimados investimentos de R\$ 200 milhões, cerca de 30% acima de 2020. De janeiro a julho, a Pernambucanas abriu 16 lojas.

Os desembolsos acontecem dentro de uma expectativa de retomada da demanda, diz o presidente Sergio Borriello. A ideia é ter mais lojas, de olho no período de demanda mais consistente. “No fim de 2020, na primeira fase de reabertura do comércio, houve uma corrida às lojas por um tempo. Hoje não há isso nessa mesma força, porque o consumo está maior, basicamente, nas datas comemorativas do comércio. No intervalo entre as datas, a demanda desacelera”, diz ele.

“Mas mantemos os planos de abertura porque estamos sentindo um tráfego maior, uma fidelidade do consumidor a certas redes neste ano. Nós temos a nossa própria financeira e não cortamos linhas de crédito e renegociamos acordos com o cliente na crise. O consumidor, quando começa a voltar a comprar, retorna para aquela loja que esteve com a porta aberta. Por isso acreditamos nesse retorno”.

A cadeia não abre os números, mas diz que as vendas “mesmas lojas” (pontos em operação há mais de 12 meses), no acumulado do ano, estão no mesmo patamar de 2019. Em relação a 2020, as vendas nas lojas físicas crescem, mas há o efeito da base de comparação fraca de 2020, já que o setor ficou boa parte do ano passado fechado.

O braço digital perdeu força em relação ao fim do ano passado, com a reabertura dos pontos. “O canal continua a se expandir, mas obviamente que [a ritmos] menores que o Natal ou mesmo março e abril”, afirma ele. A demanda por itens de moda e para casa, apesar de o digital ter ocupado terreno, ainda tem maior dependência da loja do que, por exemplo, o varejo de eletrônicos.

Para efeito de comparação, a Renner calcula de 20 a 30 inaugurações com a sua marca em 2021, e a Riachuelo, de 15 a 20 pontos.

No Rio de Janeiro, a competição anda avançando rápido neste ano. Semanas atrás, o Magazine Luiza anunciou a sua entrada na região, e a Via (dona de Casas Bahia e Ponto) reformou todas as lojas no Estado nos últimos meses. Essas cadeias acabam concorrendo com a Pernambucanas por causa do “marketplace” (shopping virtual, onde lojistas vendem diversos tipos de mercadorias).

Para este segundo semestre, um dos projetos da Pernambucanas está na troca da sua base de 5,6 milhões de cartões de crédito da Elo, para cartões múltiplos, com opção de depósito de recursos na conta do cartão, para que o usuário possa operar também como débito. O cartão nasce conectado a uma conta digital, com opção de usar recursos do “cash back” (o consumidor recebe um percentual do valor da compra de volta). Na modalidade crédito, as compras fora da rede serão realizadas apenas via QR Code, por meio de aplicativo.

No varejo, financeiras das grandes redes já oferecem cartões múltiplos com vantagens - e não faltam ofertas aos consumidores. Mas a Elo diz que neste produto, o cliente escolhe benefícios de um pacote de 30 opções que a já Elo tem. Isso inclui, por exemplo, acesso gratuito ao Deezer ou serviços para animais de estimação, como banho ou tosa.

“Hoje em dia, as pessoas têm um pacote de benefícios e nem sabem o que está lá. Queremos que ele escolha o que quiser. E com a ida da Pernambucanas a outras regiões, nós entramos juntos com eles em algumas cidades. Mesmo já estando naquele local, é um ponto de contato a mais”, diz Jacó Silva, diretor de desenvolvimento de negócios da Elo. A empresa tem 15% do mercado de cartões (em volume transacionado), diz ele.

Na decisão do lançamento, pesou a volta gradativa dos clientes às lojas. “A gente está saindo de uma crise com possibilidade de o cliente retomar gastos gradativamente. Vimos que era hora de lançar essa opção”, afirma Borriello.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**O preço e potência deste telescópio irão te surpreender**

MONÓCULO HIGH TECH

Leia Mais

LINK PATROCINADO

**Mulher melhora seu sono com uma simples mudança.**

ORTODREAMS

LINK PATROCINADO

**Se inscreva até 13 de agosto e participe do edital nacional**

INSTITUTO CULTURAL VALE

Clique Aqui

LINK PATROCINADO

**Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil**

CHURRAS GRILL

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

**Atenção Salvador, tênis Nike agora com desconto imperdível**

NOX CALÇADOS